

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Beatriz Aparecida do Nascimento

China e o princípio de não-alinhamento: a conveniência da relação sino-russa

Dourados
Maio, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Beatriz Aparecida do Nascimento

China e o princípio de não-alinhamento: a conveniência da relação sino-russa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Hermes Moreira Junior.

Dourados
Maio, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

N244c Nascimento, Beatriz Aparecida Do

China e o princípio de não-alinhamento: a conveniência da relação sino-russa [recurso eletrônico] / Beatriz Aparecida Do Nascimento. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Junior.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. China. 2. Rússia. 3. não-alinhamento. 4. política externa. 5. parceria estratégica. I. Moreira Junior, Hermes . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 16 de maio de 2025, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Beatriz Aparecida do Nascimento** tendo como título “**China e o princípio de não-alinhamento: a conveniência da relação sino-russa**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Hermes Moreira Junior** (orientador), **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador) e **Me. Ricardo Lopes Kotz** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
gov.br HERMES MOREIRA JUNIOR
Data: 16/05/2025 17:16:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Hermes Moreira Junior

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS ROBERTO STAINÉ PRADO FILHO
Data: 16/05/2025 17:28:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho

Examinador

Ricardo Lopes Kotz

Me. Ricardo Lopes Kotz

Examinador

*Dedico este trabalho à minha mãe Alessandra
e ao meu avô, Antônio.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a pessoa mais importante da minha vida, minha mãe, Alessandra, que sempre foi meu porto seguro e me apoiou em todos os meus sonhos. Obrigada por ser a melhor mãe do mundo! Agradeço também ao meu pai, Ronaldo, que me acompanhou e me ajudou durante esses anos longe.

Sou muito agradecida também ao meu avô, Antônio, que foi meu maior apoiador nos últimos anos, que me acompanhou em cada vestibular, em cada preparação e que sempre estava lá ao final de cada prova para me dar o melhor abraço do mundo. Eu realmente não teria conseguido sem o senhor, sem o seu apoio e sem a sua torcida.

Aos meus amigos Richard e Maryana agradeço pelas risadas, pelas conversas e desabafos, também pelas brincadeiras, puxões de orelha e pelos melhores jantares do mundo. Sou grata pelas caminhadas depois da faculdade, os sorvetes de domingo, os passeios de bicicleta e os risotos e empadões que fizemos juntos. Agradeço por terem se tornado meus vizinhos, meus amigos, os irmãos que nunca tive e a família que a UFGD me deu.

A todos os amigos incríveis que fiz pelo caminho e me acompanharam nessa jornada, Bebel e Rafa obrigada por sua morada em minha vida. Neidiana e Geraldo, agradeço por me acolherem tantas vezes em sua casa, tenho um carinho enorme por vocês, é um prazer conhecê-los. Rosalice, obrigada por tudo o que fez por mim nos últimos anos, seu acolhimento foi de extrema importância em todo esse processo e terá sempre meu eterno agradecimento.

Agradeço também à UFGD por toda estrutura, ótimo ensino e acolhimento e a todos os incríveis professores que tive o prazer de conhecer ao longo do curso. Um obrigada em especial aos Professores Carlos Roberto “Bebeto” e Hermes. Bebeto que foi meu primeiro orientador, que me ajudou a formular a ideia e a organizar o projeto, e Hermes que me acolheu no meio desse do TCC e me guiou na reta final do curso, obrigada pelos ensinamentos, pela paciência e pela disponibilidade, foi um prazer ser sua orientanda.

Por fim, Chico, que não faz ideia do quanto mudou a minha vida e talvez nunca entenda, mas prometo me esforçar todos os dias para ser digna do amor incondicional que me dá tão facilmente.

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco a diplomacia chinesa e o princípio de não-alinhamento, estabelecido oficialmente em 1982, e a análise e entendimento desse conceito e suas implicações na estratégia política adotada pela China nos últimos anos. Com o objetivo principal de entender como a República Popular da China (RPC) tem utilizado essa estratégia em suas relações exteriores, a relação construída entre a RPC e a comunidade internacional é explorada a partir da retomada histórica desde o governo Mao Tsé-Tung e as diversas revoluções internas que moldaram a imagem do país asiático perante o mundo até a sua consolidação como potência global. A relevância da pesquisa é devido à crescente influência do gigante asiático no Sistema Internacional e como suas estratégias de política externa no estabelecimento de relações bi e/ou multilaterais ressignificam sua influência em outras nações e nas organizações internacionais. Além disso, é importante entender como a posição diplomática chinesa se torna relevante diante de um período de mudanças na geopolítica global em meio a sua crescente competição com os Estados Unidos. O estudo também analisa como o governo chinês molda convenientemente o princípio de não-alinhamento para adequá-lo às suas necessidades, mantendo a posição de independência diplomática enquanto estabelece parcerias estratégicas com outros Estados que ampliam cada vez mais sua influência no cenário global. Este trabalho utiliza a metodologia qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias, buscando entender como o processo de formação da política externa chinesa e a adoção do princípio de não-alinhamento explicam as ações e estratégias adotadas pela República Democrática da China ao longo dos últimos 45 anos. Ademais, utiliza-se como estudo de caso a singular relação sino-russa denominada como “parceria estratégica”, para entender como é na prática uma relação bilateral consolidada que não se classifica como uma aliança propriamente dita. É explorado também o debate e os argumentos daqueles que acreditam que essa política é obsoleta e atrapalha o avanço chinês na busca por um possível status de hegemonia, enquanto outros defendem a prevalência da estratégia como fundamental para o crescimento irrestrito tanto individual, quanto conjunto da China e de seus atuais parceiros. Finalmente, a partir da luz da análise de teóricos chineses, é possível entender como o princípio de não-alinhamento é uma ferramenta fundamental para a manutenção das relações e da influência do país no globo, ao passo que o abstém das obrigações que alianças formais implicam e possibilita a adequação conveniente de suas estratégias de projeção global.

Palavras-chave: China, Rússia, não-alinhamento, política externa, parceria estratégica.

ABSTRACT

This research focuses on Chinese diplomacy and the principle of non-alignment, officially established in 1982, and the analysis and understanding of this concept and its implications in the political strategy adopted by China in recent years. With the main objective of understanding how the People's Republic of China (PRC) has used this strategy in its foreign relations, the relationship built between the PRC and the international community is explored from the historical resumption since the government of Mao Zedong and the various internal revolutions that shaped the image of the Asian country before the world until its consolidation as a global power. The relevance of the research is due to the growing influence of the Asian giant in the International System and how its foreign policy strategies in establishing bi and/or multilateral relations redefine its influence on other nations and international organizations. In addition, it is important to understand how China's diplomatic position becomes relevant in a period of changes in global geopolitics amid its growing competition with the United States. The study also analyzes how the Chinese government conveniently molds the principle of non-alignment to suit its needs, maintaining a position of diplomatic independence while establishing strategic partnerships with other States that increasingly expand their influence on the global stage. This paper uses a qualitative methodology, based on a bibliographic review and documentary analysis of primary and secondary sources, seeking to understand how the process of formation of Chinese foreign policy and the adoption of the principle of non-alignment explain the actions and strategies adopted by the Democratic Republic of China over the last 45 years. Furthermore, it uses as a case study the unique Sino-Russian relationship known as a “strategic partnership”, to understand what a consolidated bilateral relationship that does not classify as an alliance per se is like in practice. It also explores the debate and arguments of those who believe that this policy is obsolete and hinders China's progress in the search for a possible status of hegemony, while others defend the prevalence of the strategy as fundamental to the unrestricted growth, both individually and jointly, of China and its current partners. Therefore, based on the analysis of Chinese theorists, it is possible to understand how the principle of non-alignment is a fundamental tool for maintaining the country's relations and influence on the globe, while exempting it from the obligations that formal alliances imply and enabling the convenient adaptation of its strategies for global projection.

Keywords: China, Russia, non-alignment, foreign policy, strategic partnership.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de mortalidade na Rússia (1991-2000).....	32
Figura 2 - Comércio de mercadorias da Rússia com a China (em bilhões de dólares)...	40
Figura 3 - Importações russas para a China, 2021-2023 (em milhões de dólares).....	43
Figura 4 - Exportações russas para a China, 2021-2023 (em milhões de dólares).....	43
Figura 5 - Armamento russo exportado para a China (em milhões TIV).....	45

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Evolução de indicadores econômicos selecionados – China e Rússia, 1980-2010 (Anos selecionados, em US\$ bilhões correntes).....	33
Tabela 2 - Taxas anuais de crescimento do PIB da China e da Rússia na década de 1990 (em %, média no período).....	33
Tabela 3 - Rússia - Índice de Desenvolvimento Humano.....	34
Quadro 1 - Principais países parceiros: principais clientes (% das exportações).....	44
Quadro 2 - Principais países parceiros: principais fornecedores (% das exportações)....	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ESPO	Oleoduto Sibéria-Pacífico
EUA	Estados Unidos da América
MNA	Movimento dos Países Não-Alinhados
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
PoS	Power of Siberia
RPC	República Popular da China
SI	Sistema Internacional
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TBVAC	Tratado Rússia-China de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável
TIV	Trend-Indicator Value
UE	União Europeia
UEE	União Econômica Eurasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. RETOMADA HISTÓRICA: A GUERRA FRIA.....	13
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO DA CHINA DURANTE A GUERRA FRIA.....	13
2.2 O PRINCÍPIO DE NÃO-ALINHAMENTO.....	15
3. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE NÃO-ALINHAMENTO DA CHINA.....	18
3.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA. 18	
3.1.1 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA E INTERNA.....	21
3.1.2 O MASSACRE DA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL (TIANANMEN) EM 1989.....	23
3.1.3 DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: A POSTURA DIPLOMÁTICA CHINESA NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	25
4. ALIANÇA VELADA COM A RÚSSIA.....	27
4.1 CHINA E RÚSSIA NO PÓS-GUERRA FRIA.....	29
4.2 RELAÇÕES SINO-RUSSAS: PARCERIA ESTRATÉGICA.....	33
4.2.1 TRATADO RÚSSIA-CHINA DE BOA VIZINHANÇA E COOPERAÇÃO AMIGÁVEL.....	35
4.2.2 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI (OCX).....	37
4.2.3 COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DEMAIS ÁREAS DE COLABORAÇÃO.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

O princípio de não-alinhamento surge em 1982, durante a Guerra Fria, na apresentação dos novos preceitos da política externa chinesa. Seu objetivo era apresentar uma alternativa à polarização protagonizada pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Para a China, durante aquele período que simbolizava sua abertura ao mundo, era interessante cultivar um cenário de diversas possibilidades políticas sem se comprometer devido suas alianças. Uma das razões listadas para essa estratégia era “conservar a independência soberana da China, livre de restrições impostas por outros e capaz de trocar amizades em todo o mundo”¹ (Campoya *apud* Kūçükdeğirmenci; Zandamela, 2021, p.98).

A partir da adoção dessa medida na década de 1980, a política externa chinesa se reformulou e o país apresentou um significativo desenvolvimento político e econômico que acompanha o crescente protagonismo chinês no Sistema Internacional (SI). A diversificação de estratégias possibilita à República Popular da China (RPC) expandir sua presença em diversos continentes e a acumulação de projetos de cooperação e parceria com outras nações (Zhao, 2003).

Contudo, com o crescimento da presença chinesa no cenário internacional se faz necessário compreender como os princípios que moldam suas relações com outros Estados são articulados. A presença de uma agente tão influente e economicamente poderosa tem a capacidade de mudar mais uma vez a balança de poder geopolítica e ameaçar cada vez mais a hegemonia norte-americana. Esta pesquisa busca entender como o governo molda suas políticas e princípios convenientemente para alcançar seus objetivos e como isso se relaciona com o processo de ascensão chinesa no SI (Korolev, 2019).

O primeiro capítulo deste trabalho busca fazer uma análise histórica dos contextos interno e externo da política chinesa, focado principalmente nas eras de Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, bem como analisar as raízes filosóficas que moldam os princípios até hoje seguidos pelo governo vigente. O segundo capítulo, busca destrinchar o princípio de não-alinhamento e as estratégias adotadas pela política externa durante períodos de instabilidade interna como o Massacre da Praça da Paz

¹ Originalmente “*Conserve China’s sovereign independence, free from restraints made by others, and able to exchange friendship world-wide*”. Tradução nossa.

Celestial (Tiananmen) em 1989 e as implicações da adoção do modelo de Desenvolvimento Pacífico.

No terceiro capítulo, temos uma análise de caso da relação sino-russa à luz do princípio de não-alinhamento. Denominada oficialmente como Parceria Estratégica e não uma aliança, essa união representa uma das mais importantes relações políticas da China e é pautada pelo preceito de não-interferência. O capítulo busca entender na prática como a China navega no Sistema Internacional sem a formalização de alianças e como isso pode, ou não, ser benéfico para seus interesses e se o princípio de não-alinhamento realmente é seguido, ou se simplesmente se modifica conforme as necessidades do período.

Por fim, concluímos este estudo com as percepções de teóricos das Relações Internacionais acerca do futuro da China, do princípio de não-alinhamento e das implicações dessa estratégia no cenário internacional, bem como uma discussão acerca da natureza da relação sino-russa.

2. RETOMADA HISTÓRICA: A GUERRA FRIA

A ascensão da República Democrática da China se deu em meio à Guerra Fria, em 1978, quando o então líder supremo Deng Xiaoping (1904-1992) estabeleceu uma série de reformas econômicas e políticas na nação. Esse projeto tinha como objetivo aproximar mais a China dos outros países do globo depois de um grande período de isolamento durante os anos de 1966 a 1976, quando as ideias de Mao Tsé-Tung (1893-1976) isolaram o Estado levando ao aumento da pobreza no país (Mendonça, 2009).

Essa escalada chinesa se deu em meio a uma série de mudanças na identidade nacional, na cultura e na economia. Deng acreditava que o desenvolvimento econômico possibilitaria um avanço da China ao *status* de potência mundial. Sendo assim, a partir desse momento houve o engajamento da participação do país em sistemas globais de comércio, bem como em organizações internacionais, como a ONU e o G7 (Ruonan; Feng, 2017).

Todavia, o mundo enfrentava um momento de contínua instabilidade enquanto duas potências travavam uma batalha ideológica, e como uma nação recém formada a República Democrática da China não podia ficar neutra durante o conflito. O avanço dos Estados Unidos no Leste da Ásia e a recente adoção do modelo comunista pelo governo da China levou, a princípio, a um alinhamento com a União Soviética. Porém, ao longo do tempo, com a deterioração das relações Sino-Soviéticas bem como com a disputa territorial nas fronteiras, a China se viu apoiando estrategicamente os Estados Unidos a partir da década de 1970, puramente com o objetivo de contrabalançar o poder soviético e sua expansão na Ásia (Ruonan; Feng, 2017). Contudo, no início da década de 1980, com a chegada da segunda geração de líderes do partido comunista e o projeto de reforma e abertura se iniciando, a República Democrática da China se recusou a permanecer como agente na disputa ideológica de duas nações. Esse pensamento futuramente daria espaço para a formulação da política de não-alinhamento e a não adesão da China a alianças ideológicas ou militares (Ruonan; Feng, 2017).

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO E GEOPOLÍTICO DA CHINA DURANTE A GUERRA FRIA

Para que seja possível entender o momento político em que a China se encontrava durante a Guerra Fria, e que futuramente levaria à adoção da política de

não-alinhamento, primeiramente é necessário fazer uma contextualização acerca da República Popular da China no começo da década de 50, ainda durante o governo de Mao Tsé-Tung. Seu governo é marcado por uma série de revoluções e crises que marcaram sua tentativa de “acabar com as tradições chinesas como um ato deliberado de política de Estado” (Kissinger, 2011, p.138).

Durante parte da Era Mao Tsé-Tung o objetivo era romper o isolacionismo internacional imposto pelo Ocidente, a partir disso surge a “Política do Terceiro Mundo”, uma tentativa de conquistar e expandir suas alianças com Estados desenvolvidos e em desenvolvimento. O primeiro grande marco dessa política se deu durante a Conferência de Bandung em 1955, na Indonésia (Simões, 2021).

A conferência ocorreu durante o período de tensões entre Estados Unidos e União Soviética e foi liderada por representantes da Indonésia, Índia, Paquistão e Mianmar. O principal objetivo do encontro seria discutir as reivindicações acerca da multipolaridade e dar voz aqueles que até então foram silenciados pelas grandes potências e reuniu líderes de 29 países asiáticos e africanos que, em meio à Guerra Fria, conquistavam sua independência e buscavam debater acerca de cooperação econômica, autodeterminação, descolonização e a paz. Foi a partir dessas ideias que surgiu futuramente o Movimento Não Alinhado, o G77 e o conceito de Sul Global (Simões, 2021).

Naquele momento houve uma resistência das potências ocidentais em relação ao encontro, principalmente pela participação chinesa, mesmo como expectadora, e seu declarado apoio ao regime comunista que vigorava internamente. Os EUA inclusive receavam que o encontro poderia ser usado como ferramenta para manipular a opinião daqueles países que ainda não haviam manifestado apoio a um dos lados da disputa ideológica (Simões, 2021).

Porém, o que realmente ocorreu foi o pequeno fortalecimento das relações chinesas com países da África, Ásia e América Latina com a intenção de criar uma terceira via em um campo de guerra bipolar. Contudo, logo o avanço da presença chinesa no cenário internacional seria marcado também pelas influências do maoísmo² e pelo início da Grande Revolução Cultural (Küçükdeğirmenci; Zandamela, 2021).

² O maoismo é uma ideologia baseada nos pensamentos de Mao Tsé-Tung, que defendia a participação ativa da população na Revolução Chinesa e na busca pela transformação da China em uma sociedade moderna (Viana, 2022).

É importante entender também que durante os períodos entre 1953 e 1957 existia uma forte parceria entre China e União Soviética no Oriente. Os dois Estados uniram forças em 1950 com um tratado de defesa mútua contra o Japão (e, consequentemente, os EUA) , além de reconhecerem a independência da República Democrática do Vietnã e apoiarem a República Democrática Popular da Coreia nas Guerra das Coreias, em oposição aos norte americanos e seu apoio à República da Coreia. Além disso, a junção dos dois Estados representava o fortalecimento dos ideais comunistas no continente asiático, o que viria a ser também o estopim para a conhecida cisão sino-soviética (Santos, 2024).

Enquanto do lado soviético Khrushchev condenava as ações de Stalin e apelava para “uma ‘coexistência pacífica’ com o Ocidente” (Santos, 2024, p.99) temendo uma guerra nuclear, Mao discordava. Contudo, isso o permitiu criticar o “chauvinismo” praticado por Stalin onde era praticado o patriotismo exacerbado, a partir de agora, Mao via a possibilidade de igualdade entre a RPC e a URSS onde a China não teria que se adequar ao modelo soviético para ser reconhecida, acreditando que somente a industrialização central não resolveria os problemas de desenvolvimento chinês, era necessário descentralizar a produção.

Em 1958 Mao decide iniciar uma campanha pela libertação, e ataca ilhas costeiras controladas pelo Kuomintang, um partido político de centro-direita que atuou na China até meados de 1949, esse conflito marca a segunda crise do estreito de Taiwan e escala para uma crise entre China e EUA. A União Soviética enxerga essa crise como uma declaração de independência chinesa perante à URSS e temendo represálias nucleares, apoia Pequim com ressalvas; a RPC permite que crise se dissipe sem grandes ações, mas tal ação lado soviético fere profundamente suas relações de parceria (Santos, 2024).

O golpe final vem com a União Soviética retirando de Pequim o acesso a um protótipo de arma nuclear e escolhendo a neutralidade em meio às tensões entre China e Índia. Para Mao, isto só demonstrava que a União Soviética não respeitava a independência chinesa e tornava-se cada vez mais “revisionista” (Santos, 2024, p.100).

Ainda em 1958, ao instaurar o programa econômico “Salto para Frente”, o governo tinha como objetivo organizar a produção industrial, bem como a estruturação da produção agrícola para, a partir de milhões de pequenas unidades produtoras, aumentar a produção de minerais no país. O projeto, contudo, foi um fracasso e resultou na precarização das condições de vida da população, levando milhares de pessoas à

morte por fome. Como resultado a imagem de Mao foi manchada e o líder foi afastado do comando político por seus colegas de partido Liu Shaoqi e Deng Xiaoping. Todavia, Tsé-Tung continuava à frente da política externa (Silveira, 2009).

Nesse ínterim, as relações entre União Soviética e seus países satélites desmoronaram. Diversos países signatários do Pacto de Varsóvia se revoltaram contra a URSS e foram duramente reprimidos por Moscou. Ao mesmo tempo, as diferenças entre os entendimentos sino-soviéticos acerca da coexistência pacífica acabariam, porém, ainda fragilizado com o fracasso de seu grande plano de desenvolvimento, Mao acreditava que “uma reaproximação chinesa à URSS, tornaria a RPC também num estado revisionista, burocrático, assente no capitalismo de estado e defensor do status quo, algo fora de questão” (Santos, 2024, p.100). Em 1962, a URSS apoiaria a Índia na guerra sino-indiana.

Após o fracasso do projeto econômico e na tentativa de fortalecimento do poder interno e da restauração de sua imagem, surge a Grande Revolução Cultural, um movimento sociopolítico que tinha como objetivo barrar as influências capitalistas na China. Tanto Mao Tsé-Tung quanto o Partido Comunista Chinês (PCC) acreditavam que era necessário superar a revolução econômica e partir para a ideológica, a fim de atingir a próxima fase da Revolução Chinesa (Silveira, 2009).

Iniciada em maio de 1966, a Revolução Cultural Chinesa convidava os jovens a se levantarem contra as influências capitalistas e os opositores do maoísmo. Conhecidos como os Guardas Vermelhos, esse grupo tinha o objetivo de tomar os governos locais, bem como as sedes do PCC, bem como a partir da perseguição dos que realizavam práticas burguesas proporcionando a entrada dos princípios capitalistas no país (Silveira, 2009).

Os Guardas Vermelhos eram compostos por cerca de 20 milhões de jovens que tinham autorização para usar a violência e eram constantemente incentivados a desafiar as autoridades. A radicalização da revolução se deu em agosto de 1966 com a aprovação da lei “Decisões acerca da Grande Revolução Cultural Proletária” que “apoiava a expulsão de intelectuais reacionários e imperialistas sendo a maior parte conduzida pela Guarda Vermelha”. (Silveira, 2009, p. 16). Três anos depois, em 1969, sob acusações de extremismo, seus aliados foram liquidados pelo Exército a mando de Mao Tsé-Tung (Silveira, 2009).

A partir do momento da queda da Guarda Vermelha e com a morte de Mao em 1976, o Partido Comunista Chinês retoma o poder e, em 1978, Deng Xiaoping, antigo

secretário-geral do PCC, se torna o líder político da China. Com sua chegada ao poder, houve novamente a reformulação da proposta de desenvolvimento chinesa, e a partir daquele momento a economia iria figurar acima da ideologia. Para ele, o que deveria orientar tanto as políticas internas quanto as externas do Estado era o crescimento econômico. (Silveira, 2009)

É a partir deste momento, após anos de instabilidade interna e em meio a uma disputa ideológica mundial, que Deng começa o processo de abertura da China para o sistema internacional a partir da reformulação do partido e da modernização econômica. (Silveira, 2009)

2.2 O PRINCÍPIO DE NÃO-ALINHAMENTO

Com as estratégias de reformulação e abertura econômica chinesa há a decisão de não-alinhamento com outros países. De acordo com Ruonan e Feng, (2017) acredita-se que o princípio de não-alinhamento foi oficializado para outra nação em 1982 durante um encontro do líder Deng Xiaoping e o então presidente do Brasil, João Figueiredo. Desde então, foram reiteradas diversas vezes que a China não se alinharia a outros países, grupos de Estados ou blocos militares.

A política externa da China é uma política de independência, de genuíno não-alinhamento. A China não tem nenhuma relação de aliança com nenhum país, ela adota uma política completamente independente. A China não joga a carta dos Estados Unidos, nem joga a carta da União Soviética. A China não permite que outros joguem a carta da China também.³ (Xiaoping, 1984, p. 66)

Em um contexto de desgaste das relações sino-soviéticas e da redescoberta do perigo que a República Soviética poderia representar para o país e da gestão norte-americana da questão de Taiwan que não favorecia a China, foi determinado que as razões oficiais para o estabelecimento de uma política de não-alinhamento de acordo com o governo chinês seriam baseadas na redução de conflitos entre nações, bem como a manutenção de um estado de paz mundial, a conservação da independência chinesa e da possibilidade de expansão de “amizades” num cenário global mais amplo sem interferência de terceiros (Campoya *apud* Küçükdeğirmenci; Zandamela, 2021).

A partir desse momento, principalmente durante a década de 1990, a China se preocupa em fortalecer sua relação com os países africanos e sul-americanos. No

³ Originalmente “*China’s foreign policy is a policy of independence, of genuine non-alignment. China has no alliance relationship with any country, it adopts a completely independent policy. China doesn’t play the United States card, nor does it play the Soviet Union card. China does not allow others to play the China card too*”. Tradução nossa.

primeiro caso, a África surge convenientemente como uma opção de mercado para absorver a produção chinesa, além de uma alternativa para suprir a deficiência energética chinesa (Teles; Souza, 2015). Já na América Latina houve um aumento significativo da presença asiática, de acordo com Ferchen (2011) uma série de fatores explica essa aproximação, entre eles a abundância de recursos naturais e a exportação de bens primários para uma economia em expansão.

Nos anos posteriores, com a adoção da estratégia de Desenvolvimento Pacífico é observado um aumento da presença internacional chinesa em busca de parcerias estratégicas de benefício mútuo, mas que não rompam com o princípio de não-alinhamento. Ainda com o foco na modernização das estruturas internas com uma série de reformas na agricultura, ciência e indústria, o país se posiciona como uma espécie de defensor dos interesses dos países em desenvolvimento, com posições que reafirmaram sua posição de não-alinhamento e uma postura anti-hegemônica. (Zhao, 2003)

Neste contexto, apesar de nunca ter se oficializado como membro do Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), os princípios de resistência ao imperialismo e o fortalecimento da soberania nacional diante de uma potência hegemônica, fez da China um agente diplomático significativo na resistência em relação aos Estados Unidos na época. (Zhao, 2003)

Contudo, com o fortalecimento econômico e militar chinês, nos últimos anos tem-se visto um crescente debate acerca da manutenção dos princípios originais do não-alinhamento, já que esse aumento de poder e sua influência não só na Ásia, mas como em outras partes do globo, poderia ser considerado uma forma de neocolonialismo. (Oliveira Junior, 2016)

Em resposta, houve a necessidade de aumentar o número de parcerias flexíveis, de forma a engajar de maneira mais ativa instituições multilaterais como a ONU, além da realização de mais alianças estratégicas, principalmente na África, com o objetivo de promover a percepção de independência e não interferência. Este (re)alinhamento com os princípios do não-alinhamento significaram maior foco no desenvolvimento econômico, o que facilitou o processo de adaptação à realidade globalizada e interdependente. (Zhao, 2003)

3. OBJETIVOS DA POLÍTICA DE NÃO-ALINHAMENTO DA CHINA

Este capítulo tem como objetivo explorar mais a fundo as ambições chinesas ao estabelecer a adoção da política de não-alinhamento. Para isso serão analisados os princípios fundamentais da sua política externa bem como da postura diplomática adotada no cenário internacional, passando pela busca de autonomia da República Popular da China e o estabelecimento do modelo de desenvolvimento pacífico que viria a moldar a postura do gigante asiático nas décadas posteriores ao fim da Guerra Fria.

Ao adotar oficialmente em 1982 uma política de não-alinhamento, a China rompeu com a ideia da teoria da balança de poder que defende que ao praticarem alianças entre si os Estados conseguiriam evitar a dominação de países mais poderosos ao estabelecer uma balança de poder com essas potências. A adesão desse modelo de alianças seria importante ao ajudar a garantir a existência de um Estado prevenindo a sua dominação por uma hegemonia ou por um rival mais forte e ainda, quando se alinhando a um parceiro mais fraco, poder estabelecer uma área de influência no território aliado (Küçükdeğirmenci; Zandamela, 2021).

Ao se distanciar desse modelo, a China buscava uma segunda opção para estabelecer sua existência no cenário bipolar internacional sem se declarar aliada aos Estados Unidos ou à União Soviética. Sendo assim, os objetivos chineses se estabelecem em um modelo pautado em parcerias baseadas na confiança ao invés de alianças, onde há cooperação, respeito pela soberania e pela integridade dos territórios (Shambaugh, 2013).

De acordo com Rounan e Feng (2017) o governo chinês enxerga o modelo de formação de alianças como algo arcaico e tão codependente que aumentava as chances de um conflito armado. Inclusive, um argumento utilizado pela China é que os Estados Unidos se beneficiam com a manutenção da mentalidade da Guerra Fria, do qual usavam para manter um sistema de influência e pressão nas suas alianças asiáticas.

Em seu discurso na abertura no 12.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC), o então líder supremo Deng Xiaoping estabeleceu os limites da política externa chinesa ao proclamar oficialmente a adoção de um modelo sem alianças que permitiria à nação valorizar sua independência e soberania. Acredita-se que o presidente enxergava os alinhamentos como um impedimento à busca dos interesses nacionais (Abigail, 2022).

Para o Estado chinês, a adoção da política de não-alinhamento permitiu a manutenção de um ambiente benigno que permitia ao governo nacional focar nas questões de desenvolvimento econômico e acumulação de poder sem se ver no meio dos conflitos ideológicos travados pelas potências nos anos 1980 e 1990, possibilitando maior margem de manobra ao não ser automaticamente associada a um ou a outro lado. (Rounan; Feng, 2017)

Ao adotar essa postura, a política externa passou a adotar cada vez mais um discurso contra a formação de alianças, já que via este modelo como uma estratégia norte-americana baseada em “desigualdade, no confronto e na exclusão” (Xiangsui *apud* Abigail, 2022, p. 45). Sendo assim, apoiando-se na estratégia de buscar mais parcerias com os países do terceiro mundo da Ásia, África e América Latina a China convenientemente começou a expandir a sua área de influência pelo globo tornando-se uma segunda via ao sistema já estabelecido pelas potências ocidentais (Küçükdeğirmenci; Zandamela, 2021).

3.1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Para entender como é articulada a política externa chinesa é necessário recorrer primeiramente aos seus conhecimentos milenares, que influenciam até hoje a postura de sua civilização tanto em âmbito nacional quanto internacional (Oliveira Junior, 2016).

De acordo com o Ministério de Negócios Estrangeiros da China (2003) a política externa chinesa baseia-se em três princípios que a norteiam: a independência política, a soberania estatal e a busca pela harmonia. Esses três princípios da política externa chinesa são a base para os Cinco Princípios Da Coexistência Pacífica⁴ e o para o desenvolvimento pacífico, ambos projetos de inserção internacional pautados principalmente pela filosofia confucionista⁵ e sua influência na formação da sociedade chinesa (Oliveira Junior, 2016).

⁴ Os cinco princípios da coexistência pacífica foram apresentados pela primeira vez em 1954 durante negociações entre a China e a Índia, o acordo visava garantir o respeito e a não interferência mútua entre os dois Estados que ideologicamente estavam em lados opostos naquele momento (Oliveira Junior, 2016).

⁵ Confúcio foi um mestre e filósofo chinês que pautava suas teorias baseadas em benevolência e bondade humana. Suas ideias abrangem a natureza humana, o governo e a religião onde a ideia central para cada área baseia-se na construção de uma sociedade harmoniosa preocupada com o bem-estar geral e na cultivação de virtudes que tenham como objetivo o bem comum sobre o individual. Até hoje a filosofia confunista serve de base para a sociedade chinesa e pauta principalmente a sua imagem internacional e política externa (Ramos; Rocha, 2016).

A presença do confucionismo na política externa chinesa se traduz principalmente na negação do uso da força em prol do diálogo, da negociação e da diplomacia. Essas concepções espelham a tendência chinesa a buscar estabelecer relações pacíficas com as demais nações, tendo como base os preceitos de paz e harmonia como prega esta filosofia (Oliveira Junior, 2016).

A partir desse ponto, para entender as raízes da construção do modelo atual de política externa chinesa é necessário retomarmos as ideias apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação: o maoísmo e o denguismo⁶. Como foi visto anteriormente, durante o período Maoista houve a fundação da RPC e uma inicial tentativa de aproximação com a União Soviética que não durou muito levando a uma fase de isolamento chinês e à Revolução Cultural, seguido por uma aproximação estratégica com os Estados Unidos (Ruonan; Feng, 2017).

Durante a Revolução Cultural a principal preocupação da China em meio ao cenário bipolar no qual se encontrava era a “manutenção da estabilidade do poder político revolucionário; a maior ameaça externa era os EUA ou a União Soviética” (Wang *apud* Oliveira Junior, 2016, p. 127). Nesse tempo escalaram as tensões sino-soviéticas, principalmente pelo embate ideológico nas duas visões de modelo comunista, havendo inclusive uma pressão geopolítica na região das fronteiras por parte do governo soviético, levando a uma quase guerra pela disputa de uma ilha no rio Ussuri que era de interesse dos dois Estados (Oliveira Junior, 2016).

A forma como o Estado encontrou para se manter firme durante esse momento no sistema internacional foram os meios diplomáticos, onde substituiu a força física pela “militância ideológica e a percepção psicológica”. Porém, com o aumento das pressões externas vindas tanto do bloco socialista quanto capitalista, Mao sentiu a necessidade de repensar a estratégia chinesa em relação à política externa (Kissinger, 2011).

É assim que Zhou Enlai, o primeiro-ministro das Relações Exteriores da RPC na época, estabelece a criação de uma “nova China” que iria se reorganizar internamente antes de se lançar novamente no cenário internacional. A nova estratégia de Enlai

⁶ O denguismo é o termo informal usado para se referir a política estabelecida por Deng Xiaoping durante seu governo na República Popular da China durante os anos de 1978 a 1992. A postura seguida pelo antigo líder supremo da China caracteriza-se pelo pragmatismo econômico, buscando o desenvolvimento e a modernização, porém sem abandonar os princípios do socialismo. Ao mesmo tempo marca a inserção da China no Sistema Internacional usando a diplomacia e a política de não-alinhamento como principal ferramenta de política externa (Dick, 2006).

envolvia a retomada e a modernização dos pensamentos tradicionalistas chineses com base nas ideias de Confúcio. (Kissinger, 2011).

É nesse contexto que Enlai propõe os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica que consistem em: (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. A ideia representa a retomada das raízes chinesas e a formação de uma base teórica que guiaria o Estado e seu comportamento no Sistema Internacional durante sua jornada para a promoção do desenvolvimento pacífico (Oliveira Junior, 2016).

Os Cinco Princípios são as normas pelas quais a China deveria basear a sua atuação na Política Externa e no Sistema Internacional e se definiram tendo como base o pensamento tradicional chinês, bem como sua base histórica. A formalização dessas teorias e diretrizes torna constitucional a posição chinesa de "promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade" (Liu, 2021, p.238) e representam o peso do compromisso chinês com seus princípios.

O status da Constituição como a lei fundamental do país determina que os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica e a promoção da construção de uma comunidade com futuro compartilhado, que aparecem simultaneamente no preâmbulo da Constituição chinesa, são as diretrizes fundamentais para a condução das relações exteriores da China⁷ (Liu, 2021, p.238).

Ademais, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica continuam sendo seguidos pela China atualmente e se relacionam diretamente com estado de direito internacional no que tange respeito à salvaguarda da soberania nacional e da integridade territorial, bem como na convivência pacífica; enquanto isso, os ideais da coexistência e do desenvolvimento pacífico se relacionam bem com o que pregam as regras do direito internacional atualmente. Em sua análise, Liu (2021) enxerga essas diretrizes como uma contribuição chinesa às leis internacionais, e destaca também sua presença em documentos internacionais como na Declaração sobre os Princípios do Direito Internacional adotada na 25ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 1970, e na Declaração sobre o Estabelecimento de Nova Ordem Econômica Internacional, adotada na 6ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974.

⁷Originalmente "The status of the Constitution as the fundamental law of the country determines that the Five Principles of Peaceful Coexistence and the promotion of the building of a community with a shared future, which appear simultaneously in the preamble of the Chinese Constitution, are the fundamental guidelines for China's handling of foreign relations." Tradução nossa.

E é a partir do estabelecimento dessa estratégia que Tsé-Tung toma a decisão conveniente de apoiar os Estados Unidos na década de 1970, se apoiando nos princípios de cooperação e respeito mútuo o então líder relança a República Popular da China no SI, ao mesmo tempo que consegue combater a ascensão de uma hegemonia na Ásia (Oliveira Junior, 2016).

Esse período começa a marcar o fim da era Mao. Com a retomada da política externa após as décadas de incerteza causadas pela Guerra Fria, a política externa chinesa se espelha em sua política interna: “focada para estabilização política, conturbada pelas insurreições internas e em constante embate com o entorno geográfico” (Oliveira Junior, 2016, p. 131).

A partir desse momento a China entraria em uma nova era nos anos seguintes. Com a morte do líder supremo e com a consolidação do poder do PCC em âmbito político nacional, Deng Xiaoping assume o poder trazendo consigo propostas mais ousadas de desenvolvimento pautadas no desenvolvimento econômico e industrial e uma maior abertura do Estado no cenário internacional. Seu governo leva a PE chinesa a um novo patamar baseado na ideia de autonomia interna e externa em um sistema de paz e de economia socialista de mercado, surgindo assim o conceito de Desenvolvimento Pacífico (Oliveira Junior, 2016).

3.1.1 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA E INTERNA

Tendo como base os conhecimentos apresentados sobre os princípios da política externa chinesa, é possível compreender como o confucionismo moldou o caminho seguido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China (Merkle, 2017).

Depois de sua reformulação com os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica de Zhou Enlai, o país buscou se posicionar no SI como um Estado amigável e que desconsidera a situação interna de seus possíveis parceiros, não aliados, na hora de realizar negócios. Essa é a aplicação do terceiro princípio: a não intervenção nos assuntos internos do país por parte de outro (Merkle, 2017).

O exercício dessa política ajudou a fortalecer a presença chinesa em outros países. Já que não havia a interferência ou o estabelecimento de certas condições para fazer negócios com o gigante asiático, para diversos países convinha negociar com a

RPC em vez dos Estados Unidos ou da Europa. Mas isso não significa que o foco chinês estava só no terceiro mundo, muito pelo contrário, Zhao (2003) explica que:

Desde abril de 1996, a China estabeleceu diferentes tipos de parcerias com a Rússia, a França, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a União Europeia (UE) e o Japão, praticamente todas as grandes potências e organizações regionais.⁸ (Zhao, 2003, p. 180)

Ou seja, havia sim uma movimentação chinesa para o estabelecimento de parcerias com as grandes economias e representava a vontade do país de emergir como uma potência no pós Guerra Fria como veremos mais à frente. A grande diferença entre o modelo de parcerias estabelecido pela China está justamente no fato de que eles consideram parcerias e alianças conceitos distintos. (Zhao, 2003).

De acordo com Blanco (2009) o conceito de parceria significa "aquele que participa ou que compartilha algo", ou seja, algo positivo que denota uma ideia de parceria e associação para um determinado fim. Contudo, nas Relações Internacionais, o conceito de parceria não pode ser entendido de maneira tão simplista, segundo o autor, é necessário abordá-lo como uma parceria *estratégica* já que adquire determinada especificidade quando atrelada à relação entre atores políticos. Já a "estratégia" nesse contexto é entendida como "a arte da dialética das vontades que usam a força para resolver seus conflitos"⁹ (Luttwak *apud* Blanco, 2009, p.42), ou seja, está associada à integração e integridade de um ente político.

Nesse sentido, Estados parceiros são aqueles que têm interesses individuais, mas que se juntam para construir um cenário vantajoso a todos. Logo, "*the kind of partnership relationships that China promotes is one of equality, friendly cooperation, and lack of confrontation.*" (Zhao, 2003, p. 180). Sendo assim, a utilização dessa estratégia permite a manutenção das relações chinesas com outros países ao ponto que espera-se que mesmo em uma troca de governo com ideologias distintas haja a manutenção das parcerias, já que ao seguir a política de não-alinhamento o que prevalece são os interesses comuns e não as diferenças nos sistemas políticos e/ou sociais.

⁸ Originalmente "Since April 1996, China has established different types of partnerships with Russia, France, the United States, the United Kingdom, the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), the European Union (EU), and Japan, practically all the major powers and regional organizations." Tradução nossa.

⁹ Originalmente "the art of the dialectics of wills that use force to resolve their conflict". Tradução nossa.

Sendo assim, a partir desse entendimento onde as parcerias estatais se baseiam nos princípios de autonomia e independência é possível explorar de forma mais profunda o cenário em que Deng Xiaoping começa seu projeto de alavancagem da China no Sistema Internacional, bem como as implicações do denguismo e do Desenvolvimento Pacífico como pilares na formação da Política Externa Contemporânea Chinesa (Zhao, 2003).

Com a morte de Mao Tsé-Tung e a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, uma nova era se inicia tanto para a política interna quanto externa da China. Os planos do novo líder supremo do Estado visavam elevar a República Popular da China a um status de potência mundial, a partir da reinserção no SI e da articulação de políticas de desenvolvimento industrial e econômico (Oliveira Junior, 2016).

De acordo com Kissinger (2011), Deng teve a audácia necessária para reconstruir a China após a era maoísta. Com sua liderança foram abolidas, em âmbito nacional, as comunas agrícolas, a padronização de roupas, a economia estagnada e a fervorosa obsessão com as ideias de Mao derivadas do “Pequeno Livro Vermelho”. Sua coragem em promover a autonomia nas províncias e instituir um novo sistema político chamado “socialismo com características chinesas” foram os primeiros passos no caminho para elevar o Estado asiático ao nível de potência que é hoje.

Deng acreditava que o caminho para a modernização estava no desenvolvimento da tecnologia e da ciência, já que para ele era necessário ter conhecimento e mão de obra treinada e especializada para que o processo industrial fosse bem sucedido. Além disso, de acordo com Kissinger (2011) se utilizava da ideologia comunista para incentivar a economia de mercado, ampliar o comércio internacional e se tornar uma economia competitiva. Para o autor, antes de elevar a China ao nível de superpotência, o chefe de Estado tinha como missão desenvolver a sociedade de forma a mudar o pensamento instituído durante os trinta anos de governo Tsé-Tung.

Contudo, essa é uma interpretação polêmica, muitos estudiosos discordam de Kissinger em relação à sua ideia da adequação à economia de mercado. Jabbour e Gabriele (2021) exploram a ideia de “socialização do investimento” defendida por Keynes, onde cabe ao Estado a função de incentivar o consumo, sem que precise excluir seus compromissos com o coletivo enquanto coopera com a iniciativa privada, levando assim à principal ideia defendida pelo autores, o “socialismo de mercado”.

Socialismo de mercado, é o entendimento de que o Estado mantém um papel mais ativo na alocação de recursos produtivo e nos setores estratégicos, a fim de garantir o bem-estar social, diferindo-se das economias liberais justamente por não permitir que o mercado se autorregule, interferindo quando necessário para garantir o crescimento interno (Jabbour; Gabriele, 2021). Logo, aqui entendemos que Kissinger entende que houve uma espécie de “adaptação” chinesa para se adequar à economia mundial, enquanto Jabbour e Gabriele defendem a manutenção das raízes socialistas que permitem o controle estatal sobre a economia.

Mao governava de forma a se apresentar como um líder dominador, um imperador tradicional, que tinha como principal ferramenta o temor. Se utilizando da “resiliência do povo chinês em aguentar o sofrimento que suas visões pessoais imporiam sobre eles”. Enquanto Deng estimulava a criatividade da sociedade e não escondia as dificuldades econômicas do período desmistificando a ideia de que a pobreza e o socialismo eram sinônimos (Kissinger, 2011).

O plano nacional de desenvolvimento de Xiaoping ficou conhecido como as “Quatro Modernizações”, um projeto de desenvolvimento dos setores de infraestrutura e economia com o objetivo de aplicar reformas de base na agricultura, exército, indústria e tecnologia. Foi nesse momento que foram desenvolvidas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) que tinham o objetivo de atrair capital e tecnologia estrangeira ao país. É com isso que, no final da década de 1970, a China observou um singelo avanço de exercer poder e influência no continente asiático. Sendo assim, com a consolidação da ascensão de Deng à frente da RPC no início dos anos 1980, com o início do projeto de modernização nacional e com a abertura da China ao Sistema Internacional, os olhos do mundo se viravam para o gigante asiático (Oliveira Junior, 2016).

A partir desse momento, com o entendimento do contexto interno é possível analisarmos a seguir a era Deng para na política externa. De acordo com Oliveira Junior (2016), este período pode ser dividido em três fases: as modernizações nos anos 1970, como explorado nos subcapítulos 2.2 e 3.1.1; o Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989 e, por fim, a definição do modelo chinês e o Desenvolvimento Pacífico.

3.1.2 O MASSACRE DA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL (*TIANANMEN*)

A partir das modernizações implementadas por Deng nos setores estruturais e econômicos na década de 1970 há um movimento de reaproximação do Ocidente e

início da era de abertura política no cenário internacional. Este instante de tranquilidade porém acaba com a chegada de Reagan ao comando dos EUA em 1981 e a retomada das tensões com a URSS e aos comunistas durante a Guerra Fria. (Oliveira Junior, 2016). Nesse momento, enquanto a União Soviética encarava o enfraquecimento de seu poder no Oriente, a China é pressionada tanto em âmbito nacional quanto internacional para que haja uma reforma que acabe com o modelo comunista chinês, esse movimento alcança seu ápice em 1989 com Revolta da Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*) (Oliveira Junior, 2016).

Em um cenário de “crise econômica decorrente de uma vulnerabilidade tripla: inflação alta, crise fiscal do Estado e elevado déficit externo, inclusive na área comercial” (Lyrio *apud* Oliveira Junior, 2016, p. 133), estudantes e operários vão às ruas manifestar contra um governo que acreditavam ser corrupto e repressivo. Com a reforma econômica, o investimento estatal sofria cortes enquanto limites de créditos eram estabelecidos e os juros de empréstimos bancários aumentavam. (Silveira, 2009).

Os protestos ocorreram na Praça Tiananmen, em Pequim. Os estudantes inicialmente prestavam tributo ao secretário-geral do partido, Hu Yaobang, que faleceu em 15 de abril de 1989. Os protestantes exigiam aos alto chefes do partido validar o entendimento de Hu sobre democracia e liberdade; bem como a divulgação da renda dos líderes de partido e seus familiares; a instituição da liberdade de expressão e o fim da proibição da empresa privada; maior investimento na educação; reconhecimento da equivocação das campanhas acerca da poluição espiritual; o fim da restrição das manifestações na capital e, por fim, a realização de eleições democráticas (Silveira, 2009).

Os protestos se estenderam, ganhando cada vez mais repercussão nacional e internacional, até que em 20 de maio daquele ano, Li Peng, Primeiro-ministro da República Popular da China, convenceu Deng de que a intenção dos protestantes era derrubar o governo e que medidas mais drásticas de controle deveriam ser tomadas. O governo então decreta lei marcial e tropas são enviadas para conter os manifestantes. Houve a tentativa falha de negociação, contudo, na noite de 3-4 de Junho daquele ano, tanques e tropas armadas entram em ação, estima-se que milhares de pessoas perderam a vida durante este evento, sendo atingidas por disparos ou atropeladas por tanques (Vogel, 2011).

Com o massacre, os protestantes recuaram e o governo intensificou o controle interno, houve o aumento da censura e uma série de prisões em massa no país. É a partir

desse momento que as relações internacionais até então promissoras com o Ocidente são abaladas (Vogel, 2011). A China começa a sofrer pressões internacionais, com sanções econômicas e suspensão de cooperações, para ser penalizada devido aos direitos humanos infligidos durante as tentativas de controlar as manifestações. Sendo vista com desconfiança no SI, o Estado se vê cada vez mais pressionado para que adote políticas liberais e abandone de vez o modelo comunista (Oliveira Junior, 2016).

No cenário internacional a URSS desmoronava e os membros mais conservadores do PCC culpabilizam Gorbachev e sua reforma de liberalização política, acreditando que as reformas econômicas de Deng levariam a China ao colapso e a perda de poder do partido (Silveira, 2009). Logo, vendo-se mais uma vez em um cenário de isolamento iminente, enquanto o mundo observava enfraquecimento do comunismo e o fim da Guerra Fria, segundo Kissinger (2011), a China enfrenta um dilema: manter o controle nacional, mas sem comprometer os avanços até então alcançados no cenário internacional.

A importância desse dilema se mostra na necessidade de não ceder às pressões ocidentais, mas criar um modelo de governo que tenha como base os Cinco Princípios. A estratégia, em âmbito interno, reforça o poder do PCC e possibilita que sejam tomadas as medidas necessárias para sua manutenção, enquanto em âmbito externo deixa claro que o ocidente não pode controlar a China, começa assim a terceira fase de Deng Xiaoping na política externa: o Desenvolvimento Pacífico (Kissinger, 2011).

3.1.3 DESENVOLVIMENTO PACÍFICO: A POSTURA DIPLOMÁTICA CHINESA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Após o abalo da imagem internacional, o plano do governo era projetar uma ideia de Estado pacífico e que não ameaçasse o Sistema Internacional, ao mesmo tempo investir em estabilidade interna e desenvolvimento econômico enquanto garantir a manutenção gradual e controlada da abertura econômica. Para tal era necessária a manutenção de um modelo chinês próprio que ajudasse a manter o controle interno enquanto apaziguava a imagem do país no exterior (Kissinger, 2011).

De acordo com Kissinger (2011), a terceira fase da política de Deng é marcada com as declarações de 12 e 24 caracteres. Planejando acabar com a prática de só encerrar um governo com a morte de seu líder, Xiaoping vinha ensaiando sua aposentadoria na última década, o processo provavelmente foi acelerado depois do

massacre de Tiananmen em 1989. No início de 1990 começou o processo de afastamento gradual do governo, podendo acompanhar a transição para o novo governante, e enfim morreu recluso em 1997.

Optando por uma abordagem clássica chinesa, Deng escreveu máximas que visavam orientar seu sucessor, Jiang Zemin, contidas em documentos direcionados aos funcionários de alto escalão do governo, a declaração de 24 e 12 caracteres diziam respectivamente:

Observe cuidadosamente; assegure nossa posição; lide com os assuntos calmamente; esconda nossas capacidades e tenha paciência; seja bom em manter discrição; nunca proclame liderança. Tropas inimigas estão além dos muros. São mais fortes que nós. Devemos ficar principalmente na defensiva. (Deng *apud* Kissinger, 2011, p. 422)

Essas duas declarações se relacionam ao conceito do Desenvolvimento Pacífico ao incentivar a construção de uma China mais confiante e participativa no cenário internacional, enquanto busca uma forma de ascensão sem conflitos com os demais Estados. A aplicação dessas máximas ficam mais visíveis na China Moderna com o conceito de cooperação como um “aspecto central na sua inserção internacional, terminando por moldar de modo ainda mais rico e profundo os desígnios de Xiaoping.” (Oliveira Júnior, 2016, p. 135)

A ideia de Desenvolvimento Pacífico se baseia em um processo de cooperação e respeito mútuo entre povos, a fim de construir relações políticas independentes e abertas, para tal é necessário um desenvolvimento interno harmonioso. Sustentando-se principalmente na convicção de que a missão da diplomacia chinesa é a criação de um ambiente internacional estável e pacífico, a nova China buscava novas cooperações e relações de benefício mútuo (Oliveira Júnior, 2016).

De acordo com o Documento Oficial acerca do Desenvolvimento Pacífico, de 2011:

A China deve se desenvolver sempre buscando e contribuindo para a paz mundial através do seu desenvolvimento; A China também deve se abrir e aprender com os demais Estados do Sistema Internacional; Deve buscar benefícios mútuos e desenvolvimento comum com os outros Estados do Sistema Internacional. (Office Of The State Council, 2011, p. 2)

É a partir desse modelo que a República Democrática da China implementa as máximas de sua política externa: Promover a construção de um mundo harmonioso; Política externa independente e pacífica; Promover um novo pensamento sobre segurança baseado na confiança mútua, benefício mútuo, igualdade e coordenação;

Cumprir ativamente as responsabilidades internacionais e Promover a cooperação regional e as relações de boa vizinhança (Office Of The State Council, 2011).

A partir desses princípios, a política externa chinesa se (re)estrutura a fim de promover uma nova imagem de paz e o desenvolvimento comum, de forma independente e sem a interferência externa como pregam os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, já discutidos no item 3.1. Prezando pela legitimidade e independência dos Estados, a face diplomática se compromete a agir de maneira responsável no que diz respeito a seguir as normas do SI, ao mesmo tempo que mantém em sua política interna um alto controle e interferência estatal (Oliveira Júnior, 2016).

Logo entende-se que a imagem que a China decide passar nesse momento é que o seu desenvolvimento é centrado na abertura da resolução de problemas e demandas aos seus parceiros externos, ou seja, de que o desenvolvimento chinês está atrelado aos seus parceiros, buscando colaboração com autonomia. Esse conceito rompe com os modelos até então apresentados pelas grandes potências, abstendo o país de se inserir internacionalmente seguindo os modelos ocidentais e rompendo de vez com o isolacionismo (Oliveira Júnior, 2016).

A partir daqui retomamos o conceito de não-alinhamento, onde fica evidente que a missão da nova face diplomática chinesa que é estabelecer um ambiente onde há igualdade, benefício mútuo e tolerância que se baseia em cooperação e não em formação de alianças ou interferências em outros Estados, inclusive a não sujeição perante o modelo de domínio estadunidense (Zhao, 2003). Inclusive, Oliveira Júnior (2016, p. 139) defende que “a política externa chinesa é uma construção de elevada complexidade e com valores e ideais muito diferentes daqueles almejados pelos países do ocidente”.

Com base na posição diplomática adotada à luz dos princípios de desenvolvimento pacífico e não-alinhamento é possível observar como o Estado adota uma posição diplomática que preza pela soberania ao mesmo tempo que evita a formação de alianças rígidas. Nesse contexto as relações Sino-Russas surgem como um exemplo emblemático de como dois países estrategicamente alinhados em contraposição ao ocidente, porém divergentes na maneira de lidar e se apresentar no Sistema Internacional e doméstico, conseguem articular parcerias de benefício mútuo para alcançar seus objetivos comuns e individuais ao mesmo tempo que mantém a independência e autonomia de suas relações (Zhao, 2003).

4. ALIANÇA VELADA COM A RÚSSIA

Este capítulo tem como objetivo a análise das relações sino-russas à luz da política de não-alinhamento. Tendo já sido exploradas as constantes convergências e desavenças entre China e a antiga União Soviética durante a Guerra-Fria, tomamos como ponto de partida para a análise o período pós-Guerra Fria e a formação da parceria entre os dois gigantes asiáticos, em um mundo onde o poder ocidental acabava de se consolidar (Zhao, 2003).

De acordo com Korolev (2019), desde meados da década de 1990, as relações Sino-Russas são referidas como “parceria”, “parceria estratégica”, “eixo de conveniência”, “eixo de necessidade” e outras variações nesse sentido, mas ainda existe entre os estudiosos a constante dúvida sobre como de fato definir a natureza dessa relação bilateral. Já que, embora não seja efetivamente caracterizada como uma aliança formal, reflete em si o princípio do não-alinhamento ao envolver a noção de parceria para alcançar objetivos comuns, ao mesmo tempo que se abstém de interferir ou questionar a soberania e a autonomia política de ambas nações.

Primeiramente, para entender as particularidades dessa relação, se faz necessário compreender que, de forma geral, a construção de uma aliança demanda tempo e estratégia. Não é do dia para a noite que duas nações se alinham, salvo em ocasiões de extrema tensão internacional onde a união é necessária para combater um inimigo externo. Isso significa que a construção efetiva de uma relação benéfica é baseada em confiabilidade, performance e credibilidade (Korolev, 2019).

O estabelecimento de uma aliança formal representa o mais alto nível de cooperação, pois se baseia em “fortalecer os alinhamentos já existentes através da introdução de elementos como precisão, deveres legais e morais, e reciprocidade”¹⁰ (Snyder *apud* Korolev, 2019, p. 6). Contudo, a partir do estabelecimento do princípio do não-alinhamento China e Rússia conseguem estabelecer uma parceria estratégica flexível, que visa se adaptar às necessidades das duas nações, satisfazendo ambas populações, alcançando colaborações práticas que não tem custo político alto e sem desencadear grandes objeções domésticas.

O estabelecimento dessa parceria estratégica, nome oficialmente dado para as relações sino-russas, se mantém, pois, de acordo com Zhao (2015) os Estados foram

¹⁰ Originalmente “to strengthen preexisting alignments by introducing elements of precision, legal and moral obligations, and reciprocity”. Tradução nossa.

capazes de encontrar um ponto de equilíbrio que possibilita a tolerância de questões divergentes, o que raramente ocorre nas alianças formais, favorecendo assim que suas decisões sejam tomadas a partir de pensamentos estratégicos e não politizados ou emocionalizados. Segundo Simone McCarthy à CNN¹¹, o que pode ser observado no recente conflito entre Rússia e Ucrânia, que buscava frear os avanços da Otan na Ásia, Pequim e Moscou estabeleceram em 2022 uma parceria “sem limites” aprofundando assim seus laços políticos, econômicos e militares.

Essa argumentação se reflete no pensamento ocidental sobre a relação, onde é acreditado que os dois países estão em uma aliança, que simplesmente não foi formalizada, ou seja velada, já que a parceria é embasada pela teoria do equilíbrio da balança de poder adida do compartilhamento de objetivos no que diz respeito a governança global e cooperação (Edholm, 2021). Inclusive, acredita-se que as bases institucionais dessa relação já são tão fortes que esforços mínimos seriam necessários para consolidar de vez uma aliança formal (Korolev *apud* Edholm, 2021).

Logo, a partir do entendimento entre a diferença formal entre uma aliança e a parceria estratégica entre China e Rússia é possível analisar de forma mais profunda o histórico estratégico e econômico desta relação, como veremos a seguir. Para tal, serão utilizados gráficos e quadros a fim de apresentar a evolução do comércio bilateral China-Rússia ao longo dos últimos anos, bem como dos principais acordos e tratados assinados entre os dois Estados.

4.1 CHINA E RÚSSIA NO PÓS-GUERRA FRIA

As relações entre China e Rússia se iniciam com o surgimento do novo Estado, a República Popular da China em 1949, sendo reconhecido primeiramente pela União Soviética (URSS). Em 1950 foi firmado o tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético. A primeira década de existência da RPC é marcada pela influência soviética em âmbito econômico, ideológico, técnico-científico e cultural. Até então nenhum país havia exercido tamanha influência sobre outro (Mikhailova, 2013).

A construção da economia socialista chinesa seguiu o modelo soviético de sistema socialista planejado¹² e facilitado com a ajuda financeira e técnico-científica

¹¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/otan-afirma-que-china-e-facilitadora-decisiva-da-russia-na-invasao-a-ucrania/>.

¹² O sistema socialista planejado é um modelo econômico que concentra as atividades produtivas nas mãos do Estado, facilitando a definição do planejamento e dos objetivos econômicos nacionais (Mikhailova, 2014).

provenientes do gigante soviético. Contudo, em 1960 as relações se estagnaram, e a URSS retirou os especialistas e profissionais enviados à RPC e, em 1969 um conflito armado na fronteira marcou o congelamento da amizade. Durante esse período, a China enfrentou a Revolução Cultural Chinesa (1966-1976), houve o fracasso dos planos quinquenais e o retardo econômico. No mesmo tempo, a economia soviética desacelerou e a nação começou a carecer dos bens de consumo e serviço (Mikhailova, 2013).

É nesse cenário de crise que a partir das décadas de 1970 e 1980 a China e a URSS, respectivamente, começaram o processo de reforma econômica, sob a liderança de Deng e Gorbachev. A ideia não era adotar o capitalismo ocidental como modelo econômico, mas melhorar o socialismo, contudo como visto anteriormente em 3.1.2, na União Soviética a reforma (*perestroika e glasnost*¹³) foi um fator decisivo para o colapso da URSS em 1991 e sua transição para o modelo capitalista. Tanto que na China, membros do PCC temiam que as políticas de Deng levariam o país ao mesmo destino de seu vizinho (Mikhailova, 2013).

A partir desse momento, o mundo observava dois cenários distintos para conclusão das reformas propostas: enquanto a economia chinesa cresce a níveis acelerados mantendo o alto controle Estatal, a agora Rússia, enfrenta uma crise transformacional na transição para o novo modelo e utiliza da estratégia neoliberal para transformar sua economia. De acordo com Mikhailova (2013, p. 321) “em 1979, o PIB chinês correspondia a 40% do PIB da Rússia (na época ainda era a República da URSS), em 2007, ele ficou mais do que 400% do PIB russo”. O período de reaproximação sino-russa evidenciou a grande diferença nas economias (ver dados dos quadros 1 e 2).

Tabela 1 - Evolução de indicadores econômicos selecionados – China e Rússia, 1980-2010 (Anos selecionados, em US\$ bilhões correntes)¹⁴

		1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010
Importações	China	19,9	42,3	53,3	132,1	251	649	1.432
	URSS/Rússia	68,5	83,1	120,7	68,9	62	164	322
Exportações	China	18,1	27,4	62,1	148,8	279	773	1.655

¹³ *Perestroika* e *glasnost* foram políticas instauradas durante o governo Gorbachev (1985-1991) com o intuito de reestruturar a economia e a transparência do governo. *Perestroika* significa “reestruturação” e *glasnost* significa “transparência”. O objetivo era diminuir a interferência e burocratização estatal, favorecendo a abertura da economia com o objetivo de solucionar a crise (Franciscon, 2010).

¹⁴ Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3030>

	URSS/Rússia	76,4	87,3	104,2	82,9	114	269	446
PIB	China	306,5	309,1	404,5	757	1.2K	2.2K	6,0K
	URSS/Rússia	940, 1	914,1	777,1	395,2	259	764	1.5K
PIB industrial	China	146,3	132,7	162,6	344	553	1.069	2.800
	URSS/Rússia	432,9	382,8	331,7	137,9	92	253	463
PIB de serviços	China	65,5	101,4	140,2	248,8	478	914	2.641
	URSS/Rússia	401,9	397,8	237,3	207	124	376	818

Fonte: Adaptado pela autora com dados de: Unctad (2010). Elaborada por Leão; Martins; Nozaki (2011)

Tabela 2 - Taxas anuais de crescimento do PIB da China e da Rússia na década de 1990 (em %, média no período)

	1991-1995	1996-2000
PIB da Rússia ¹	-12,1	2,4
PIB da China	12,0	8,3

Fonte: Mikhailova (2013).

A reestruturação da economia russa começa a dar resultados somente em 1999 após quase uma década de crise na indústria com a diminuição da produção e consequentemente do investimento no setor. Durante o período, a população enfrentava hiperinflação, que chegava a aumentar o preço de um produto em até 4458 vezes (Minekonomrazvitiya *apud* Mikhailova 2013), ao mesmo tempo, os indicadores sociais despencavam e a taxa geral de mortalidade aumentava (Mikhailova, 2013) (ver dados da tabela 1 e gráfico 1).

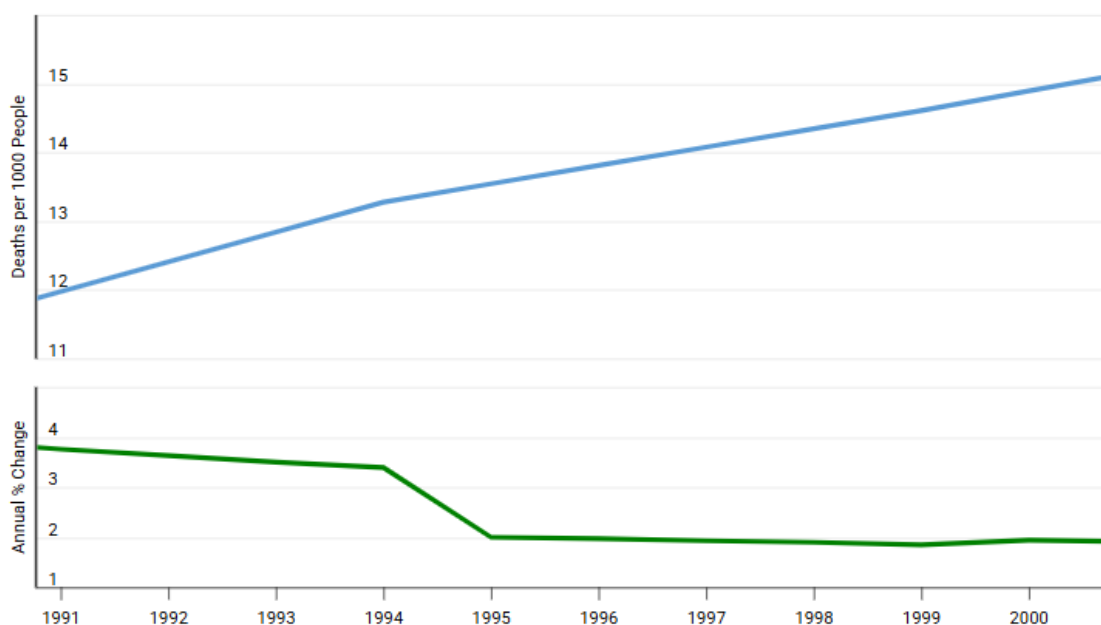
Tabela 3 - Rússia - Índice de Desenvolvimento Humano

Data	IDH	Ranking global de IDH
1990	0,741	31º
1991	0,738	33º
1992	0,726	41º
1992	0,708	47º
1994	0,696	51º
1995	0,696	52º
1996	0,706	53º
1997	0,715	52º

Data	IDH	Ranking global de IDH
1998	0,719	52º
1999	0,722	52º

Fonte: RDH. ONU. Elaboração da autora.

Figura 1 - Taxa de mortalidade na Rússia (1991-2000)



Fonte: Nações Unidas - World Population Prospects¹⁵

Enquanto isso, a China colhia os frutos do sucesso da estratégia de economia de mercado. A transição para o novo sistema foi lenta e gradual, o Estado segurou os preços de vários bens de consumo até 1991, o que possibilitou a existência de um duplo sistema de preços. Sob o governo de Jiang Zemin (1993-2003), a China favoreceu o aumento de gastos públicos principalmente com o investimento em infraestrutura. Também houve a privatização de algumas estatais, porém em solo chinês o processo não foi tão agressivo quanto na Rússia, o governo optou por privatizar as empresas mais antigas e menos eficientes enquanto investia capital na modernização de estatais já existentes (Mikhailova, 2013).

Nesse cenário, é interessante também entender que “a China beneficiou-se, numa certa medida, do colapso da União Soviética, e a própria Rússia perdeu”

¹⁵ Disponível em: RussiaDeathRate1950-2025. www.macrotrends.net. Retrieved 2025-02-16. Dados de: https://population.un.org/dataportal/home?df=92b4775a-a7f5-4fc4-b956-54d55dbae5ea

(Mikhailova, 2013, p. 325). Com a desintegração da URSS e a queda de um sistema bipolar, a China se viu em uma posição vantajosa na Ásia, agora sem o apoio de uma grande potência mundial “[...] a China foi a grande beneficiária da erosão bipolar, pois conseguiu explorar as contradições internacionais para consolidar as reformas econômicas” (Pautasso, 2011, p. 56).

Ao mesmo tempo que do lado chinês o forte regime autoritário possibilitou ao Estado a manutenção da estrutura favorável à reforma econômica, do lado russo, a queda institucional levou ao estabelecimento de um regime democrático fraco e corruptível. Porém, é em meio ao período de crise na transição pós-soviético e de alavancagem da economia chinesa que se inicia a reaproximação entre os dois países (Mikhailova, 2013).

4.2 RELAÇÕES SINO-RUSSAS: PARCERIA ESTRATÉGICA

Como visto anteriormente, em suas relações o Estado chinês segue a política de não-alinhamento, e mesmo que ao longo dos anos a Rússia tenha sido o maior parceiro do país, a formação de uma aliança propriamente dita é descartada pelo governo. Porém, de acordo com a entrevista¹⁶ de Zhao Huasheng, professor do *Institute of International Studies* em Fudan University, Shanghai, na academia, apesar da baixa adesão, a possibilidade de formalizar a aliança é defendida por alguns estudiosos.

Os entusiastas argumentam que, com base na “*alliance theory*” a união sino-russa seria vantajosa para ambas as partes. Com a recusa norte-americana em se aliar a qualquer uma das partes e a deterioração das relações China-EUA e Rússia-EUA, dificulta cada vez mais o acesso dos países ao Ocidente ao passo que aumentam as ameaças à sua segurança. Logo, como alternativa estratégica, a formalização de uma aliança entre Pequim e Moscou, bem como com outros países de mesmo interesse estratégico, seria fundamental para reduzir a pressão internacional.

Os apoiadores dessa teoria sustentam que a aliança não criaria um novo cenário de Guerra Fria com os Estados Unidos se contrapondo à união, mas seria apenas um comportamento alinhado com a tendência mundial de alinhamento. Ao mesmo tempo, já que a capacidade militar chinesa não excede a russa, não haveria desigualdade na relação, favorecendo assim a busca pelos interesses comuns, sendo esse um trato entre

¹⁶ Entrevista concedida ao *Center for International Security and Strategy of the Tsinghua University* em 27/01/2021. Disponível em: <https://ciss.tsinghua.edu.cn/info/OpinionsandInterviews/3563>

aliados e não amigos. Por fim, esses teóricos citados por Huasheng acreditam que abandonar sua política de não-alinhamento é uma manobra necessária, pois além de ir de encontro com as tendências mundiais, a China nem sempre segue o princípio de forma consistente, vide a Parceria Estratégica, uma “aliança velada”, com a Rússia.

O status de Parceria Estratégica promove aos dois países uma cooperação sem restrições entre ambas as partes. E enquanto não planejam evoluir a relação para uma aliança, os dois Estados convergem quanto “às suas posições sobre as principais questões globais são “um dos elementos centrais da estabilidade regional e global” e que os dois países “obtem o apoio um do outro” à medida que confrontam desafios globais” (Wishnick *apud* Freire, 2021, p. 54).

Nessa relação estratégica, Freire (2021) afirma que a China segue a política dos “três não”: o não-alinhamento, não dirigido a terceiros e não confrontacional. Essa estratégia se mostra eficiente na manutenção de uma relação mais cooperativa e menos política, já que se não há compromisso militar formal, a China não tem obrigação de se aliar à Rússia em seus conflitos, podendo escolher manter a neutralidade como melhor lhe convém.

E essa neutralidade na relação permite também a mitigação dos conflitos globais, em certa instância. A parceria é principalmente sustentada na ideia de defesa e de colaboração para alcançar metas domésticas e, apesar de os dois países membros já terem demonstrado sua disposição a utilizar a força para alcançar o que querem, essa violência é geralmente concentrada em um alvo. E apesar de não se oporem ao uso de força em nome da soberania, no caso chinês do princípio da não-interferência, nenhum dos dois se sente obrigado a participar da luta do outro (Kluge, 2024).

Sendo assim, a partir daqui analisaremos alguns exemplos de cooperação sino-russa ao longo dos anos e como se dá a relação de parceria e competitividade entre esses dois Estados. Ao mesmo tempo é possível entender na prática como o princípio de não-alinhamento se faz tão presente e eficaz nas relações cultivadas pela China, tanto com seu vizinho em acordos bilaterais, quanto como na presença de outros países em Organizações e/ou grupos cooperativos (Korolev, 2019).

4.2.1 TRATADO RÚSSIA-CHINA DE BOA VIZINHANÇA E COOPERAÇÃO AMIGÁVEL

Em 2001 os presidentes Jiang Zemin (1993-2003) e Vladimir Putin (1999-2008 / 2012-atual) assinam o Tratado Rússia-China de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável (TBVAC) que marca, mais uma vez, o estreitamento das relações Sino-Russas (Mikhailova, 2013). Desde então os Estados se esforçaram para criar uma relação sólida que proporcionou o processo de cooperação econômica, parceria energética, trocas acadêmicas e turismo. Paralelamente, o avanço dos Estados Unidos e a crescente rivalidade entre potências mundiais servem como “denominador comum” nos interesses chineses e russos em desafiar o gigante americano (Bekkevold, 2022).

O TBVAC tinha duração inicial de 20 anos e como seus princípios fundamentais pautava em seu Art. 1º: o “mútuo respeito à soberania e integridade territorial dos Estados, não-agressão, não-interferência em assuntos internos, igualdade e coexistência pacífica” (TBVAC *apud* Bezerra, 2018, p. 45). Estes inclusive são os mesmos princípios que também regem a Constituição da República Popular da China como visto anteriormente em 3.1.

De acordo com Bezerra (2018) o princípio da integridade territorial dos Estados é umas das principais garantias a Moscou de que a China apoiaria, ou pelo menos não se oporia, às suas formas de manutenção de controle em relação ao radicalismo separatista tchetcheno em 2000. O mesmo se aplicava à China em relação a província muçulmana de Xinjiang e Taiwan que também traziam questões similares à RPC. Nesse caso ambos os Estados se apoiavam em relação à manutenção de sua integridade territorial, e há de maneira oficial, a consonância russa ao *One-China Policy*¹⁷ onde Taiwan é reconhecida como parte do território chinês e não como Estado independente como descrito no Tratado, Art 5º:

O lado russo reconhece que há apenas uma China no mundo, que a República Popular da China é o único governo legal a representar toda a China e que Taiwan é uma parte inalienável da China. O lado russo se opõe a qualquer forma de independência de Taiwan (TBVAC *apud* Bezerra, 2018, p. 45)

Em relação às fronteiras, o Tratado de Boa Vizinhança “Rússia e China propõem empreender esforços na construção de uma fronteira na qual prevaleça uma paz

¹⁷ De acordo com o Governo da China, “*The one-China principle has a clear and unambiguous meaning, i.e. there is but one China in the world, Taiwan is an inalienable part of China, and the Government of the People’s Republic of China is the sole legal government representing the whole of China.*”, ou seja, o princípio de “Uma Só China tem um significado claro e inequívoco, ou seja, só existe uma China no mundo, Taiwan é uma parte inalienável da China e o Governo da República Popular da China é o único governo legal que representa toda a China”. Tradução nossa. Disponível em: http://eu.china-mission.gov.cn/eng/more/20220812Taiwan/202208/t20220815_10743591.htm

duradoura entre os dois países” (TBVAC *apud* Bezerra, 2018, p. 45) o que leva a um acordo em relação ao domínio ilha *Tarabov* (*Yinlong* em chinês) e metade da ilha Bolshoi *Ussu-riysky* (*Heixiazi* em chinês). Em 1929 houve um conflito entre os dois países pelo controle dos dois territórios, agora com o Tratado eles voltam ao domínio da China.

Outro ponto importante que foi estabelecido no Tratado é o compromisso de que tanto a China quanto a Rússia abdicam do uso da força em sua relação, proibindo inclusive a utilização de sanções ou qualquer artifício econômico para exercer pressão política um sobre o outro. Ademais, comprometem-se a nunca utilizar armas nucleares ou direcionar artefatos bélicos sobre o território de seu vizinho. Tais acordos, segundo alguns estudiosos de Relações Internacionais, são fundamentais para, pelo menos em teoria, prevenir uma guerra nuclear entre os dois países (Adam *apud* Bezerra, 2018).

Durante o Tratado Rússia-China de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável ambos se comprometeram a aprofundar as relações no âmbito militar, bem como realizar reuniões e consultas de caráter militar quando alguma situação interna ou externa representar ameaça à sua segurança. Por fim, é estabelecido também que a cooperação sino-russa não tem como objetivo se dirigir contra terceiros, ou ainda causar descompassos no Sistema Internacional (Bezerra, 2018).

Logo, entende-se que a partir da instituição do Tratado houve de maneira mais perceptível o estreitamento das relações diplomáticas sino-russas e cooperações bilaterais. Inclusive, durante a resolução do embate sobre as ilhas, o então Ministro russo de Relações Exteriores, Sergey Lavrov (2008), declarou à imprensa local que era possível resolver todos os problemas bilaterais entre os países com base na igualdade e no respeito mútuo aos seus interesses, como estipulado no TBVAC (Bezerra, 2018).

Em 2021, durante a pandemia de Covid-19, Xi Jinping (2013-) e Vladimir Putin emitiram uma declaração conjunta com o intuito de anunciar oficialmente a extensão do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável China-Rússia. De acordo com Rafaela Lara à CNN¹⁸, Xi declarou que o acordo “injeta ‘energia positiva’ na comunidade internacional por meio de sua estreita cooperação”, além de ser um bom exemplo do que define como “um novo tipo de relações internacionais”. E em 2024, os presidentes se reuniram em Pequim, durante o 75º aniversário das relações diplomáticas

¹⁸ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/china-e-russia-concordam-em-estender-tratado-de-boa-vizinhanca/>

sino-russas, onde reafirmaram os compromissos com a cooperação mútua e definiram a relação como abrangente e estratégica¹⁹.

4.2.2 ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO DE XANGAI (OCX)

Em 1996 Moscou e Pequim se unem para a criação Organização para Cooperação de Xangai (OCX) (que tinha também como países membros Quirguistão, Tajiquistão e Cazaquistão), onde o objetivo era construir um espaço de confiança mútua entre os Estados e desarmar as fronteiras, incentivando a cooperação regional, o grupo ficou conhecido como “Cinco de Xangai” (Jesus, 2014).

Alguns estudiosos acreditam que a OCX foi criada como um mecanismo para que China e Rússia pudessem balancear e monitorar a influência e poder uma da outra, impedindo assim que houvesse um Estado dominante no eixo euroasiático. Para o antigo lado soviético a Organização era um instrumento útil para monitorar as decisões e iniciativas chinesas, enquanto para a República Popular da China seria um veículo de expansão da sua influência política na Ásia Central (Harris *apud* Jesus, 2014).

Nos anos 2000 a Organização ampliou ainda mais sua visibilidade após os Estados Unidos iniciarem o processo de retirada das suas forças militares na Ásia Central. Com isso, “as atividades da organização se ampliaram para incluir uma maior cooperação militar, a troca de informação e as medidas de contraterrorismo” (Jesus, 2014, p. 63), principalmente no Afeganistão.

Em 2001 com a entrada do Uzbequistão na OCX o grupo expandiu, e em 2002 foi assinada a carta da Organização que definiu como principais objetivos:

o fortalecimento da confiança mútua e das relações de boa vizinhança entre os membros; a promoção de cooperação efetiva em assuntos políticos, comércio e economia, ciência e tecnologia, cultura, educação, energia, transporte, turismo e proteção ambiental; e a implementação de esforços conjuntos para a manutenção e a garantia da paz, da segurança e da estabilidade na região, num esforço conducente ao estabelecimento de uma ordem internacional política e econômica “nova, democrática, justa e racional. (*Shanghai Cooperation Organization apud* Jesus, 2014, p. 64).

Em 2004 a OCX recebe como Estados observadores a Índia, a Mongólia e o Paquistão, e posteriormente o Irã e o Afeganistão, enquanto em 2005 o grupo negou o

¹⁹ Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/leia-a-integra-da-declaracao-putin-xi-assinada-em-cupula-bilateral/>

pedido de participação dos EUA (Jesus, 2014). Atualmente, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores da República da Turquia²⁰ o grupo conta com 9 membros, China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, desde 2001; Índia e Paquistão a partir de 2017; e o Irã, a partir de 2021, três Estados observadores, Afeganistão, Mongólia e Bielorrússia; e 9 países na categoria parceiros de diálogo Turquia, Sri Lanka, Camboja, Nepal, Azerbaijão, Armênia, Arábia Saudita, Egito e Catar.

Contudo, as relações de competitividade sino-russas para aumentar sua zona de influência na Ásia são os principais obstáculos para o pleno sucesso da Organização, principalmente na resolução de seus embates de ação coletiva. O grupo sofre ocasionalmente com divisões internas, principalmente entre seus dois maiores Estados membros, China e Rússia, que constantemente discordam com relação ao reconhecimento da autonomia dos Estados da Ásia Central para a tomada de decisões (Jesus, 2014).

Enquanto para a China, a não-interferência e o reconhecimento da autonomia e soberania são fundamentais, a Rússia discorda. O embate pode ser exemplificado com a recusa da China em apoiar incondicionalmente a Rússia em 2008 na Guerra Russo-Georgiana, quando Moscou inicia um conflito armado na intenção de anexar a República da Ossétia do Sul ao seu território. Contudo, mesmo que haja desacordos, a Organização de Cooperação de Xangai consegue superá-los em prol do desenvolvimento comum (Jesus, 2014).

Os maiores exemplos de cooperação se dão principalmente na área energética, quando em 2007 os Estados membros estabeleceram “um mercado unificado para as exportações de petróleo e de gás, enquanto simultaneamente promoveram o desenvolvimento regional a partir de acordos preferenciais na área energética” (Jesus, 2014, p. 64). Durante esse período, a Rússia assegurou acordos para a construção de gasodutos enquanto a China negociava acordos bilaterais com os Estados membros.

A Organização para Cooperação de Xangai cumpre seus objetivos de afastar a presença norte-americana da Ásia Central enquanto estabelece uma maior cooperação entre seus países membros, sendo inclusive considerada um contraponto à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Seus membros tendem a negar acesso americano à seus territórios, apesar de algumas exceções, como quando em 2001 Putin

²⁰ Disponível em: <https://www.mfa.gov.tr/shanghai-cooperation-organization.en.mfa>

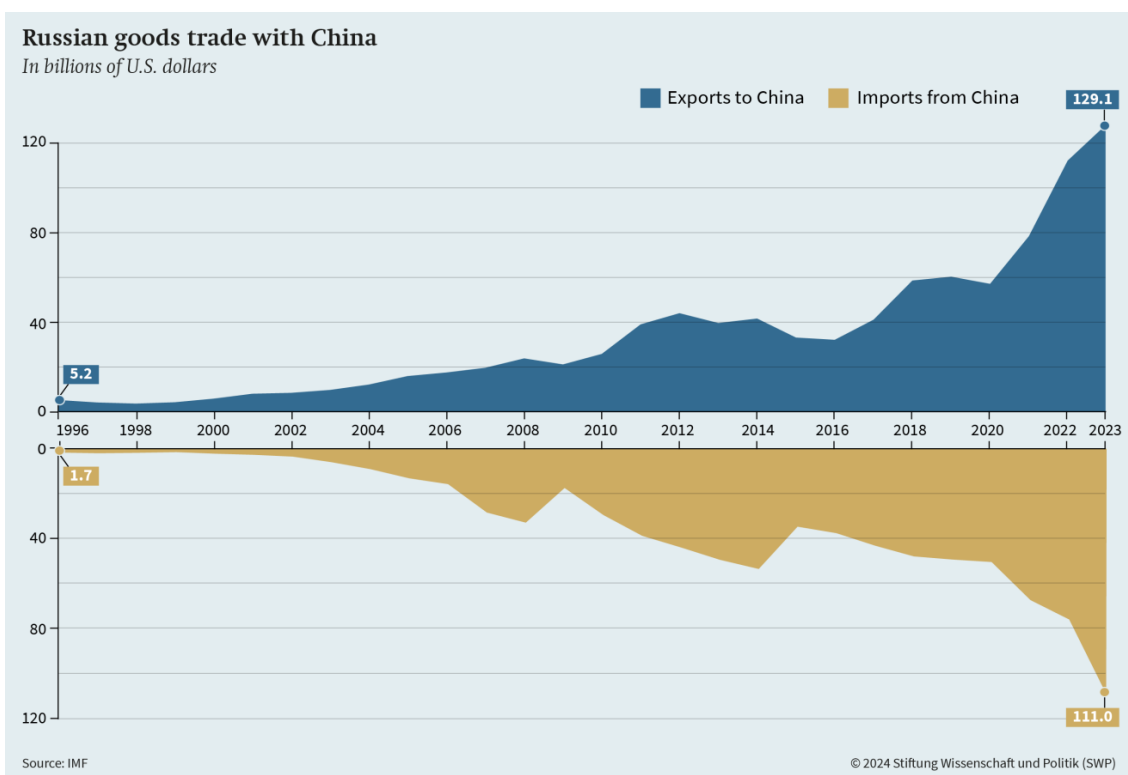
autorizou os EUA a utilizar seu espaço aéreo para voos humanitários durante a luta global contra o terrorismo liderada por George W. Bush (2001-2009) (Jesus, 2014).

Por fim, sob a luz do princípio de não-alinhamento a OCX permite que a China exerça a atividade de cooperação e aumento de sua influência, sem se comprometer com acordos militares obrigatórios, permitindo assim a manutenção de sua autonomia estratégica nas decisões políticas e militares na Ásia Central. Enquanto no âmbito da cooperação há uma troca de interesses entre a RPC e os demais membros do grupo que fornecem recursos naturais à China, que carece de tais recursos, enquanto abrem seus mercados para oportunidades de investimentos chinês, “troca de tecnologia e expansão de mercado, além de que o princípio de benefício mútuo da organização pode ser traduzido a partir da ajuda financeira da China” (Jesus, 2014, p. 68).

4.2.3 COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DEMAIS ÁREAS DE COLABORAÇÃO

Em relação a cooperação econômica, a grande virada na parceria se deu na década de 1990. Enquanto a Rússia enfrentava uma grave crise econômica, em 1998 o comércio bilateral alcançou valores mínimos históricos de 5,5 bilhões de dólares. De acordo com Mikhailova (2013) o que “segurou as pontas” da economia russa foi o comércio informal realizado pelos camelôs russos e chineses na região da fronteira. Estimativas apontam que as “transações informais chegaram a ser até 80% do valor total do comércio bilateral” no período (Karlusov *apud* Mikhailova, 2013, p. 327).

Desde então, a Rússia começou a superar a crise em 1999 e em 2001, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), o comércio informal nas fronteiras foi gradualmente substituído pelas trocas bilaterais controladas pelo Estado. O comércio bilateral russo-chinês apresentou um ritmo de crescimento mais acelerado, em 2001 o valor total de intercâmbio comercial dobrou quando comparado a 1998 (ver dados da Imagem 2). Já em 2007 a RPC observou um aumento considerável nas exportações líquidas para a Rússia, superou uma queda nos números em 2009 após enfrentar uma recessão econômica e retomou os altos níveis comerciais em 2010 (Mikhailova, 2013).

Figura 2 - Comércio de mercadorias da Rússia com a China (em bilhões de dólares)

Fonte: Kluge (2024)

De acordo com Kluge (2024) a relação entre o aumento expressivo no comércio sino-russo na década de 2010 se dá principalmente pelo boom econômico Chinês. Enquanto grandes projetos de cooperação energética e bélica só foram concluídos em 2014, as negociações para tal já eram antigas, o que serve para exemplificar o progresso e a profundidade das relações entre os dois países.

E, após o ano de 2014, a Rússia começou a se preocupar em reforçar a sua própria economia, para evitar trocar sua dependência econômica do Ocidente pela China, ao mesmo tempo a RPC se planejava para aumentar as suas exportações para a Rússia, o que gerou resistência do antigo lado soviético. Para driblar a dependência econômica, Moscou buscou aprofundar suas parcerias na Organização de Cooperação de Xangai com os demais países da Eurásia. Diante desse cenário, a China inicia os preparativos para seu grande projeto intitulado “A Rota da Seda” e a Rússia funda, em 2015, a União Econômica Eurasiática (UEE) ao lado de Belarus e Cazaquistão (Kluge, 2024).

Em paralelo, os acordos comerciais entre os dois Estados continuaram a evoluir nos últimos anos, apesar de hoje, a Rússia não ser considerada o maior parceiro econômico da China (ver dados dos Quadros 4 e 5). Contudo a relação de parceria

estratégica se tornou fundamental para Moscou em 2022 após as escaladas do conflito com a Ucrânia e as sanções impostas por diversos países ao redor do globo na tentativa de parar os avanços russos. Enquanto a indústria russa se via em maus lençóis com a perda de fornecedores ocidentais de componentes, insumos e equipamentos, a China foi capaz de suprir essa demanda e fechar novos acordos comerciais com seu vizinho (Kluge, 2024).

Quadro 1 - Principais países parceiros: principais clientes (% das exportações)

Principais clientes	2023
Estados Unidos	14,80%
Hong Kong SAR, China	8,10%
Japão	4,70%
Coreia do Sul	4,40%
Vietnã	4,10%
Índia	3,50%
Rússia	3,30%
Alemanha	3,00%
Holanda	3,00%
Malásia	2,60%

Fonte: Santander Trade Markets (2024)²¹

Quadro 2 - Principais países parceiros: principais fornecedores (% das exportações)

Principais fornecedores	2023
Estados Unidos	6,50%
Coreia do Sul	6,30%
Japão	6,30%
Austrália	6,10%

²¹ Disponível em: https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/china/valores-do-co-mercio-2#classification_by_country

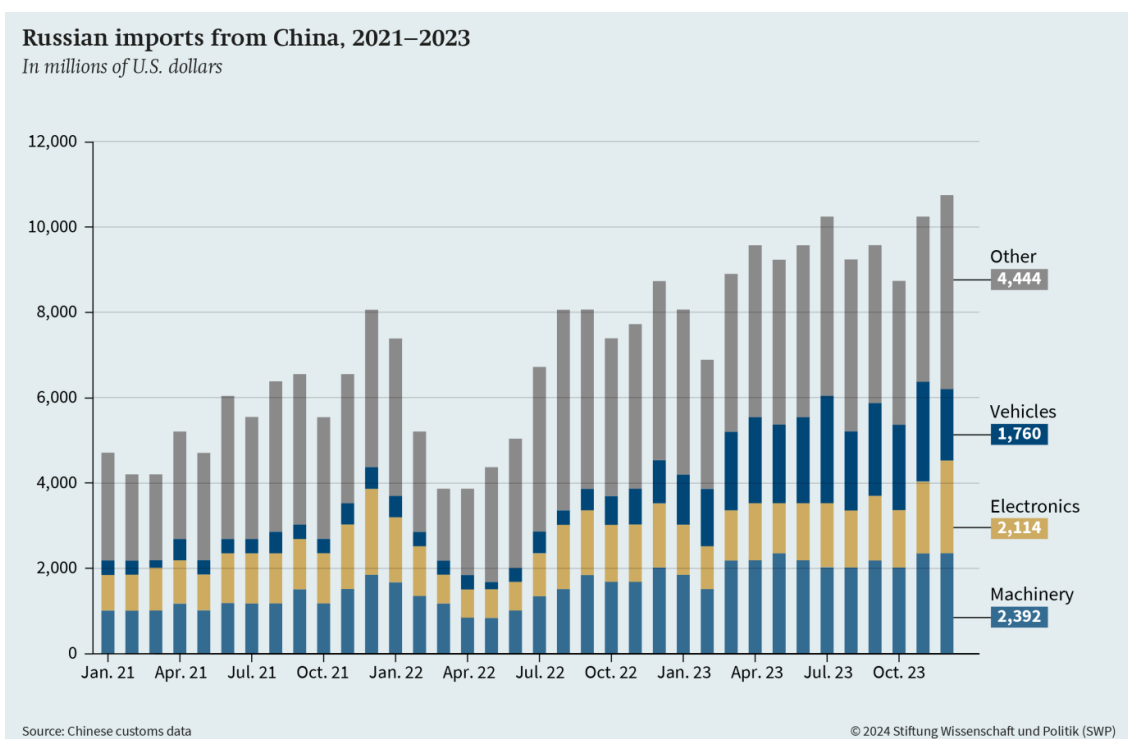
Rússia	5,10%
Brasil	4,80%
Alemanha	4,20%
China ²²	4,10%
Malásia	4,00%

Fonte: Santander Trade Markets (2024)

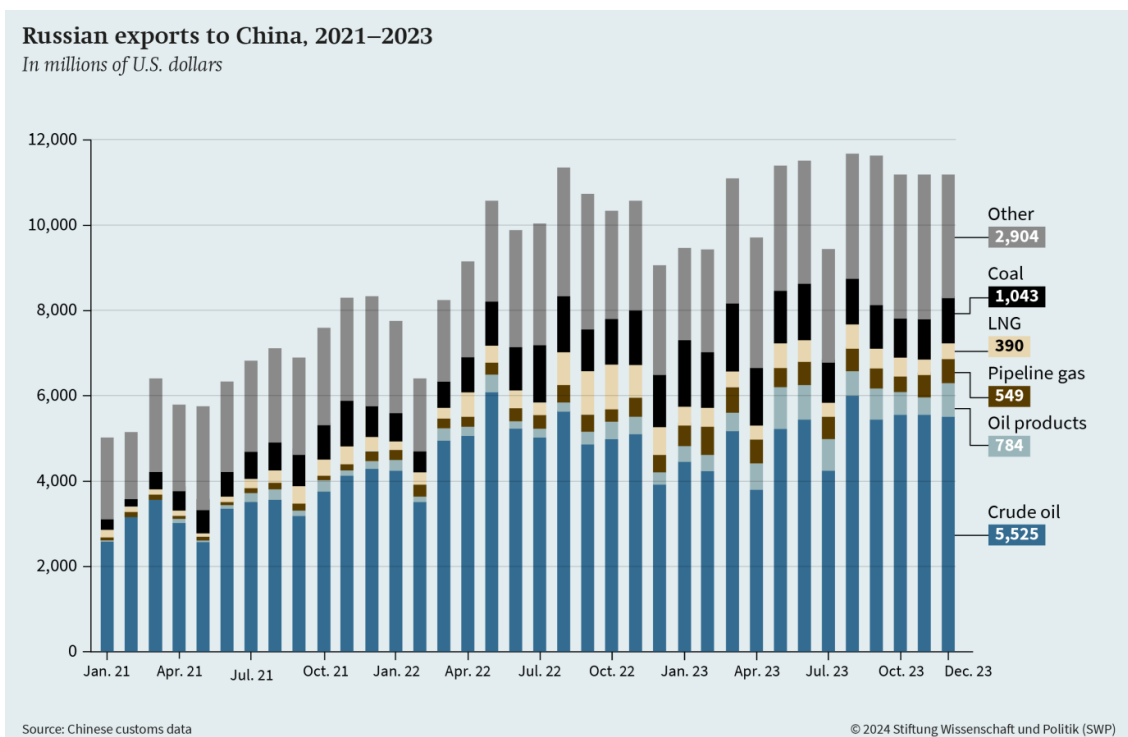
Sendo assim, é possível observar que, apesar de ter uma relação muito próxima no que diz respeito a projetos de interesse comum, no setor econômico a China hoje tem parceiros muito diversificados e não depende unicamente do comércio com a Rússia. O princípio de não-alinhamento permitiu à RPC expandir seus parceiros econômicos ao longo dos últimos anos, como era conveniente, à medida que a Rússia buscava fazer o mesmo para que sua economia não se visse dependente das relações com o seu vizinho (Kluge, 2024).

Atualmente, num cenário de conflito russo, a China surgiu como uma espécie de “bote salva-vidas” para a manutenção da indústria russa fornecendo os insumos e equipamentos necessários, enquanto importava principalmente carvão e petróleo (ver dados da Imagem 3 e Imagem 4), ao mesmo tempo em que se declara imparcial sobre a questão ucraniana. De acordo com Kluge (2024), atualmente o abismo entre a economia russa e a ocidental vem se alargando, o que gera um realinhamento econômico sino-russo, principalmente no comércio exterior, empresas chinesas ainda evitam se comprometer diretamente com o mercado vizinho, contudo, para que essa aproximação traga bons frutos às duas nações, os dois estados precisam amadurecer mais as relações entre seus mercados.

²² “Este fluxo é explicado pela forma como as alfândegas locais comunicam o comércio com os territórios ultramarinos ou com os territórios especiais (por exemplo Hong Kong ou Formosa no caso da China, as Antilhas Francesas no caso da França), bem como o processamento da reimportação (ou reexportação) dos produtos que saem do país (ou entram no país) durante um período limitado, com a intenção de serem reimportados (ou reexportados) sem transformações significativas” (Santander Trade Markets, 2024). Disponível em: https://santandertrade.com/pt/portal/analise-os-mercados/china/valores-do-comercio-2#classification_by_country

Figura 3 - Importações russas para a China, 2021-2023 (em milhões de dólares)

Fonte: Kluge (2024)

Figura 4 - Exportações russas para a China, 2021-2023 (em milhões de dólares)

Fonte: Kluge (2024)

Enquanto a cooperação econômica avança, a relação entre os dois países se diversifica em outras áreas, principalmente no que diz respeito a questões de energia e

defesa. Os temas energéticos são de grande relevância para a Rússia principalmente por conta da extensão de seu território e desde o início dos anos 2000 fazem parte da agenda de cooperação sino-russa (Kluge, 2024).

Um grande exemplo é a construção do Oleoduto Sibéria-Pacífico (*Eastern Siberia–Pacific Ocean oil pipeline* - ESPO) que transporta em média 80 milhões de toneladas de petróleo russo por ano, sendo praticamente metade dessa produção destinada à China. A construção do ESPO foi planejada em 2009 com um financiamento chinês de US\$25 bilhões e a garantia de 15 milhões de toneladas de petróleo bruto destinado à RPC todos os anos por 20 anos (Kluge, 2024).

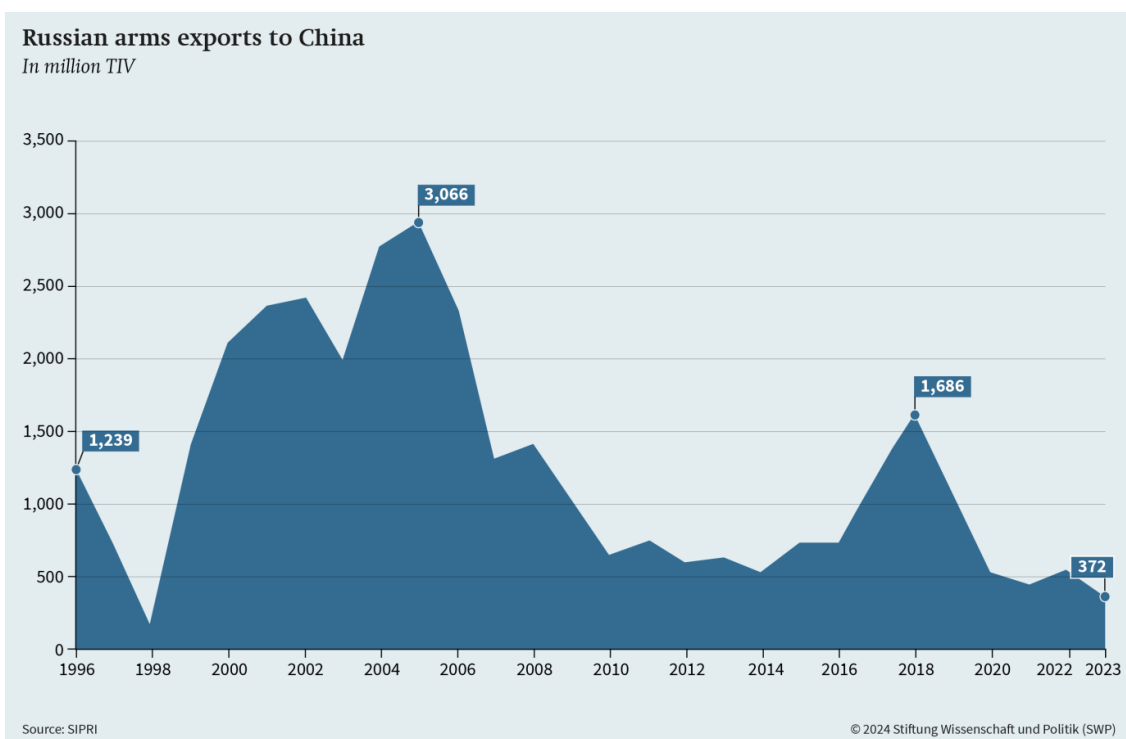
Em 2019 o projeto “*Power of Siberia*” (PoS) foi inaugurado pelos governantes dos dois países. O projeto objetiva conectar os gasodutos de consumidores chineses aos gasodutos das áreas de extração russa, no leste da Sibéria. O escopo do empreendimento começou em 2000, foi aprovado em 2014 após uma série de sanções do ocidente ao setor energético russo. O PoS representa um grande passo na diversificação dos mercados de exportação de gás, diminuindo a dependência russa do mercado europeu, ao mesmo tempo que fortalece os laços econômicos entre os Estados e apresenta uma alternativa segura para o mercado chinês (Kluge, 2024).

Já no âmbito bélico, a cooperação entre China e Rússia vem crescendo desde 2010, com “manobras navais conjuntas, exercícios militares em terra e a cooperação num sistema de alerta precoce de mísseis mostram que nenhum dos lados se esquivava de um envolvimento mais próximo”²³ (Kluge, 2024, p. 21). No início do século, a RPC era o maior comprador de armas russas, ao longo dos anos a dependência chinesa por armamento russo diminuiu enquanto a produção nacional aumentava.

Inclusive, alguns dos modelos produzidos na China eram muito semelhantes às armas russas, o que fez com que a ex-URSS ficasse relutante a exportar seus novos modelos bélicos ao seu vizinho. Desde 2018, dados do SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*) mostram que as exportações de armas russas diminuíram (ver dados da Imagem 5) (Kluge, 2024).

²³ Originalmente: “*Joint naval manoeuvres, military exercises on land and co-operation on a missile early-warning system show that neither side is shying away from closer engagement*”. Tradução nossa.

Figura 5 - Armamento russo exportado para a China (em milhões TIV²⁴)



Fonte: Kluge (2024)

Finalmente, concluímos a análise das relações sino-russas, uma parceria estratégica de benefício mútuo entre dois grandes Estados que exercem grande influência no Sistema Internacional. O status de uma aliança formal não representa as vontades desses países nessa relação que busca principalmente um convívio pacífico e estrategicamente benéfico, seja em âmbito político, econômico ou militar (Kluge, 2024).

As diversas possibilidades que a convivência baseada sob o princípio de não-alinhamento chinês, possibilita que a parceria seja utilizada de forma pragmática para ambos os lados ao passo que garante a união dos dois países contra a presença do hegemon global, os Estados Unidos, na Ásia. Além disso, há o apoio bilateral nas questões diplomáticas em fóruns internacionais, como a ONU, bem como o apoio econômico em períodos de sanções, como atualmente visto durante a Guerra da Ucrânia (Edholm, 2021).

Sendo assim, a relação garante à China fornecimento de energia, apoio diplomático e político e cooperações estratégicas que possibilitam a manutenção de sua

²⁴ “TIV é uma unidade usada pelo SIPRI para medir o volume de transferências internacionais das principais armas convencionais utilizando uma unidade comum, o valor indicador de tendência (TIV). OIV baseia-se nos custos unitários de produção conhecidos de um conjunto básico de armas e pretende representar a transferência de recursos militares e não o valor financeiro da transferência”. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/armstransfers/sources-and-methods>

autonomia no SI. Ademais, ao evitar os custos que uma aliança formal implica, o estabelecimento de uma relação sem amarras que permita a manutenção das parcerias com demais nações, se baseia no princípio da não-interferência, que não questiona as ações tomadas tanto interna quanto externamente, e que tende a gerar acordos de benefício mútuo, garante à República Popular da China um parceiro seguro no Sistema Internacional enquanto possibilita a expansão das suas relações pelo Ocidente, evitando esbarrar nos conflitos que envolvem seu vizinho soviético e garantindo assim a chance de se beneficiar da instabilidade ocidental sem se arriscar diretamente (Korolev, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da retomada histórica do contexto de política externa chinesa, da criação do princípio de não-alinhamento e da análise de caso prático de como essa ferramenta é utilizada em uma relação com outro Estado concluímos que a estratégia adotada na década de 1980 foi positiva. Ao não se comprometer com alianças formais em um período de desenvolvimento para a China e de instabilidade mundial devido à Guerra Fria, o país pode navegar por diferentes mercados sem se comprometer com um ou outro lado em uma disputa bipolar entre EUA e URSS, enquanto articula acordos estratégicos e comerciais que atendiam suas demandas na época (Rounan; Feng, 2017).

Contudo, com o passar dos anos, a reformulação da geopolítica global e a ascensão da China como a grande potência mundial que é hoje, a utilização do princípio de não-alinhamento começa a gerar questionamentos tais como: “Até que ponto se manter como um país sem alianças em um cenário permeado de alianças políticas entre outros Estados é interessante para a China?”(Rounan; Feng, 2017, p. 153) ou então “Até que ponto o governo chinês realmente segue o princípio e em que momento ele é moldado para atender interesses específicos?”(Edholm, 2021, p. 11).

É a partir desses questionamentos que, de acordo com Rounan e Feng (2017), teóricos chineses começam a questionar a conveniência do princípio. Atualmente existem três grandes grupos teóricos de Relações Internacionais na China, os ortodoxos, os revisionistas e os moderados, e cada um desses grupos têm opiniões distintas sobre o futuro do princípio de não-alinhamento na China.

Os ortodoxos têm a tendência de se alinhar ao PCC e defendem que a ferramenta é benéfica e deveria continuar sendo utilizada pela política externa chinesa, além disso, esse grupo acredita que as alianças tradicionais são falhas e têm custos altos ao comprometer a independência de um país em troca de segurança. Já os revisionistas enxergam a formação de alianças como uma forma de manutenção da balança de poder, e acreditam que a adoção dessa política pela RPC ajudaria a aumentar os parceiros políticos da China (Xuetong *apud* Rounan; Feng, 2017). Ademais, eles acreditam que nenhuma grande nação cresce sozinha, e que para a continuação do crescimento e desenvolvimento chinês aliados são necessários, do contrário, a tendência é um cenário de instabilidade na segurança econômica e militar do país muito em breve.

Por fim, os moderados se distinguem por não defender totalmente a permanência ou o fim do princípio. Esses teóricos enxergam os Estados Unidos como o principal

agente ofensor na obstrução do desenvolvimento chinês, seja por meio de *soft* ou *hard power*, e que sem aliados a China não conseguiria derrotá-lo. Contudo, o completo abandono do princípio de não-alinhamento é irreal, pois não existem tantos Estados capazes de formar uma aliança com a RPC e os que existem não causaram um impacto tão grande a ponto de reverter os impactos do poder americano. Logo, a proposta desse grupo é que enquanto a China avance no Sistema Internacional também cresça o seu senso de cooperação com os demais Estados para que se possa preparar o terreno para o futuro (Rounan; Feng, 2017).

Em meio a esse debate sobre alianças, surge o questionamento sobre a relação sino-russa. Muitos a consideram uma “aliança com outro nome”, enquanto outros afirmam que não há interesse dos Estados em firmar uma aliança formal. Ambas compartilham interesses comuns no que tange impedir o avanço ocidental no Oriente, especialmente na Ásia e tem como antagonista comum os Estados Unidos. Ademais, os acordos econômicos e energéticos dos dois países representaram um grande benefício para as duas nações nos últimos anos e juntas, suas forças militares poderiam, talvez, rivalizar com a gigante norte-americana (Kluge, 2024).

Porém, apesar de a Rússia ser hoje um grande parceiro da China, esse status garante certa vantagem, principalmente nos últimos anos. Rounan e Feng (2017) observavam desde 2017 com a Crise Ucraniana (estado pré guerra) as pressões dos EUA e da União Europeia (UE) sobre a Rússia tornaram o mercado bélico chinês mais atrativo para seu vizinho, ao mesmo tempo, como “não aliados” a China não era relacionada diretamente ao conflito, o que poderia acontecer em caso de uma aliança de uma aliança formal e com o escalonamento para uma guerra e o envolvimento da OTAN. Logo entendemos que, nesse cenário, é vantajoso para a RPC continuar com o termo de parceria estratégica, mesmo que seja uma aliança mascarada, já que permite a ela gozar dos benefícios disponíveis e abdicar de responsabilidades que não lhe convém.

Finalmente, é importante frisar que por mais que existam diversas teorias e opiniões sobre o princípio de não-alinhamento e as estratégias que devem ou não serem adotadas pela China, a verdade é que o que os teóricos pensam e o que o governo faz, são coisas diferentes. O governo chinês vai levar em consideração duas questões: se a “China pode continuar a se beneficiar da atual ordem regional; e até que ponto a China

seria capaz de suportar os custos de desafiar o domínio militar dos EUA na região Ásia-Pacífico e além”²⁵(Rounan; Feng, 2017, p. 171).

A China vai sempre preferir se aproximar de nações que também enxergam os Estados Unidos como uma ameaça, e atualmente não existe muita perspectiva de mudança na postura do governo em relação aos seus princípios, a tendência é continuar utilizando as estratégias que funcionaram até aqui. Contudo, “a política externa [chinesa] tende a se diversificar, ganhar parceiros econômicos, ampliar sua influência política e alcançar patamares cada vez mais elevados” (Amaral, 2013, p.69), não se pode descartar completamente uma mudança desse posicionamento daqui alguns anos, principalmente em um cenário ofensivo e desfavorável à segurança chinesa. Mas até lá, a tendência é que a China continue estabelecendo “alianças informais” maquiadas de parcerias estratégicas convenientes a seus interesses mundo afora.

²⁵ Originalmente: “*China can continue to benefit from the current regional order; the other is the extent to which China would be able to bear the costs of challenging US military dominance in the Asia Pacific region and beyond.*” Tradução nossa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, G. **A diplomacia de "ascensão pacífica" como estratégia de política externa da China:** as relações com o Vietnã e as disputas sobre as ilhas. 2013. 125 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17429>. Acesso em: 16 de fev. de 2025

BЕКKEVOLD, J. **Imperialist Master, Comrade in Arms, Foe, Partner, and Now Ally?** China's Changing Views of Russia. In: KIRCHBERGER, S.; SINJEN, S.; WÖRMER, N. (eds.). *Russia-China Relations*. Cham: Springer, 2022. (Global Power Shift). DOI: 10.1007/978-3-030-97012-3_3. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97012-3_3. Acesso em: 14 de abr. de 2024

BEZERRA, V. **O urso e o dragão:** aspectos da aproximação política entre Rússia e China nos anos 2000. *Caderno de Relações Internacionais*, [S. l.], v. 9, n. 17, 2019. DOI: 10.22293/2179-1376.v9i17.987. Disponível em: <https://revistas.faculadadedamas.edu.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/987>. Acesso em: 28 de jan. de 2025

BLANCO, L. **Parceria estratégica:** a linguagem que constitui as relações entre Rússia e a União Europeia. 2009. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. PPG-Relações Internacionais. PUC: Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=14188&idi=1>. Acesso em: 23 de mar. 2025

DICK, P. P. **A parceria estratégica entre Brasil e China:** a contribuição da política externa brasileira (1995-2005). 2006, 214 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8089/000567388.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 de abr. de 2025

EDHOLM, S. **China and non-alignment:** An intertextual discourse analysis of relationality within China's official statements on military alliances. 2021. Dissertation. Swedish Defence University. Disponível em: <https://fhs.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A1635403&dswid=3723>. Acesso em: 19 de jan. de 2025

FERCHEN, M. **As relações entre China e América Latina:** impactos de curta ou longa duração? *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 105-130, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/N9vWmBTxSnLdnnmnSxKypdc/>. Acesso em: 9 de jan. de 2025

FRANCISCON, M. W. **Alterações no rumo das reformas na União Soviética sob Gorbachev.** *Analecta (UNICENTRO)*, v.11, p.77 - 97, 2012. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/2295>. Acesso em: 22 de jan. de 2025

FREIRE, M. **As relações China-Rússia num quadro de contenção estratégica.** *Relações Internacionais*, n. 71, p. 51-66, 2021. Disponível em:

https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri71/n71a04.pdf. Acesso em: 21 de jan. de 2025

HUASHENG, Z. **Zhao Huasheng**: Should China and Russia Form an Alliance?. Entrevista concedida ao Center for International Security and Strategy of the Tsinghua University. Jan., 2021. Disponível em: <https://ciss.tsinghua.edu.cn/info/OpinionsandInterviews/3563>. Acesso em: 21 de jan. 2025

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China**: o socialismo do século XXI. São Paulo - SP: Boitempo, 2021.

JESUS, D. de **Além do espírito de Xangai?** As políticas externas da Rússia e da China e o balanceamento brando. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 5, n. 24, p. 45–78, 2014. DOI: 10.22456/2178-8839.46453. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46453>. Acesso em: 21 de jan. de 2025

KIRCHBERGER, S.; SINJEN, S.; WÖRMER, N. **Russia-China Relations**: Emerging Alliance or Eternal Rivals?. 2022. (Global Power Shift Series). *Russia-China Relations*. Cham: Springer, 2022. (Global Power Shift). DOI: 10.1007/978-3-030-97012-3_3. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-97012-3_3. Acesso em: 14 de abr. de 2024

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KLUGE, J. **Russia-China economic relations**: Moscow's road to economic dependence. SWP Research Paper, 2024. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2024RP06/>. Acesso em: 2 de fev. de 2025

KOROLEV, A. **How closely aligned are China and Russia?** Measuring strategic cooperation in IR. *International Politics*, 2019. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3386829>. DOI: 10.1057/s41311-019-00178-8. Acesso em: 19 jan. 2025.

KÜÇÜKDEĞİRMENCİ, O.; ZANDAMELA, A. C. **A strategic decision**: understanding China's non-alliance policy in the context of alliance formation. *Euroasia journal of social sciences and humanities*, v. 8, n. 19, p. 98-114, 2021. DOI: 10.38064/eurssh.192. Disponível em: <https://euroasiajournal.com/index.php/eurssh/article/view/89>. Acesso em: 15 de fev. de 2025

LIU, Huawen. **On the essentials of international law in Xi Jinping Thought on the Rule of Law**. *Relac. int., La Plata*, v. 30, n. 60, p. 233-256, enero 2021. Disponível em: https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-27662021000100233&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 de abr. 2025

MENDONÇA, B. **A transição de Deng Xiaoping e a China contemporânea**: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada. 2009. 76 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/1142>. Acesso em: 7 de jul. de 2024

MERKLE, V. **A política externa voltada para a segurança energética**: o caso da China. TCC (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. *Relações Internacionais*. Santa Catarina, p.71. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/174635>. Acesso em: 03 de nov. 2024

MIKHAILOVA, I. **Rússia e China: transformações econômicas à luz da história das Relações Bilaterais**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 308–335, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/2702>. Acesso em: 21 jan. 2025.

MIKHAILOVA, I. **Sistema planejado na União Soviética: lições históricas e visão atual**. 40 Encontro Nacional de Economia, 2012, Porto de Galinhas. Anais do ANPEC, 2012. p. 1-19. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/anp/en2012/020.html>>. Acesso em: 22 de abr. de 2025

NOZAKI, W.; LEÃO, R.; MARTINS, A. **A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas**. In: A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3030>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIVEIRA JUNIOR, M. **As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI**. Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 12, n. 24, p. 122-141, 31 out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/10795/10420/>. Acesso em: 03 de nov. 2024

PAUTASSO, D. **China, Rússia e a integração asiática: o sistema sinocêntrico como parte da transição sistêmica**. Em: Conjuntura Austral. Porto Alegre. v.2, n.5, 2011, p.p. 45-60. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/18688/11653>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RAMOS, M. M.; ROCHA, R. M. **O confucionismo político e os caminhos para um constitucionalismo chinês**. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, (67), 421-452. Disponível em: <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1733>. Acesso em: 22 de abr. 2025

RUONAN, L.; FENG, L. **Contending Ideas on China's Non-Alliance Strategy**. The Chinese Journal of International Politics, Volume 10, Issue 2, Summer 2017, Pages 151–171, <https://doi.org/10.1093/cjip/pox003>. Acesso em: 07 de jul. 2024

SANTOS, M. L. dos. **Relações Sino-Russas: A Contextualização Histórica e Estratégica de um Eixo de Conveniência**. Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos. 2024, 2.º semestre, Número 33, páginas 93-114. Disponível em: https://ioriente.iscsp.ulisboa.pt/images/DaxiyangguoOnline/2024/daxiyangguo33_onlin_e_artigo-5.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2025

SHAMBAUGH, D. **China Goes Global: The Partial Power**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

SILVEIRA, N. **A ascensão econômica da República Popular da China: de Deng Xiaoping à Hu Jintao**. Recife. O Autor, 2009. Disponível em: <https://revistas.faculdaadedamas.edu.br/index.php/academico/article/view/2684>. Acesso em: 7 de jul. de 2024

SIMÕES, T. **Os legados da conferência de bandung e o regionalismo na ásia do leste**. Anais do XIV ENANPEGE. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível

em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78432>. Acesso em: 7 de jul. de 2024

SOUZA, M.; TELES, L. **A política externa da China, as relações com a África e a problemática dos direitos humanos**. *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, v. 14, n. 27e28, p. 69-88, 24 fev. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/download/12862/11151/>. Acesso em: 27 de out. 2024

VIANA, N. **Reflexões sobre o Maoísmo**. *Revista Enfrentamento*, [S. l.], v. 9, n. 16, 2022. Disponível em: <http://redelp.net/index.php/renf/article/view/415>. Acesso em: 22 mai. 2025

VOGEL, E. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

XIAOPING, D. **“We Must Safeguard World Peace and Ensure Domestic Development”**. (May 29, 1984). *Selected Works*, pp. 66-67. Disponível em: <https://ebook.theorychina.org.cn/ebook/upload/storage/files/2022/07/28/f77a1a130ad7a1b14c88b839e0671e7073068/files/basic-html/page68.html>. Acesso em: 1 de set. de 2024

ZHAO, H. **Should China and Russia Become Allies?** SHAO, Binhong (ed.). *China under Xi Jinping: Its Economic Challenges and Foreign Policy Initiatives*. Boston: BRILL, 2015. Disponível em: <https://ciss.tsinghua.edu.cn/info/OpinionsandInterviews/3563>. Acesso em: 19 de jan. 2025

ZHAO, S. **Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior** (1st ed.). Routledge, 2004.